

TRAIÇÃO



Joaquinzão acompanhado de Murilo Macedo, o ministro interventor em cinco sindicatos que foram à greve, confabula a portas fechadas com Aureliano: uma forma de minar o protesto do dia 21.

Uma manobra para adiar o Conclat e quebrar o ascenso da luta operária. Querem matar o sopro de luta que reanimou os trabalhadores após o vitorioso dia 21 de julho!

Mas o Conclat já tem data, local e meios de se realizar. A sua realização foi decidida em todos os Enclats. E já foi confirmada pela intersindical gaúcha e paulista. Agora é jogar tudo para realizar a Conclat mais forte para -fazer avançar o movimento.
(págs. 8,9 e 10).



Com o plenário esvaziado, a maioria da pró-CUT nacional decidiu pelo adiamento da Conclat contra a decisão de todos os Enclats. Na mesa, Joaquinzão e José Francisco, presidente da Contag.

CHILE

Pinochet promove banho de sangue

Os fuzis dos carabineiros dispararam contra o povo na quarta jornada de protesto. Mas a luta cresce e o ditador está próximo do fim (pág. 14)

PT

Tudo sobre a convenção de São Paulo

A cobertura e a análise da convenção que votou um programa de ação e elegeu uma nova direção para o partido. E, ainda, a íntegra do documento político aprovado no Diretório Nacional (págs. 4 a 7)

Jesus Carlos



A moratória e o futuro do país

Uma recessão cada vez mais profunda, desemprego e inflação. Completa submissão aos banqueiros internacionais. Um destino inevitável?
(págs. 2 e 3)

Editorial

O Conclat e a crise

No dia 16 de agosto, finalmente, Ernane Galvêas, em nome dos ministros da área econômica, disse o que todos já sabiam: o Brasil não pode pagar a sua dívida externa, nos prazos pretendidos pelos bancos internacionais, e anunciou a proposta de "renegociação da dívida".

Mas mesmo reconhecendo que o que os bancos imperialistas querem extorquir do país não é factível, os ministros não tiram a conclusão lógica de que é necessário romper com o grande defensor dos interesses dos banqueiros, o FMI. Pelo contrário: permanecem decididos a fazerem o povo brasileiro pagar por uma dívida pela qual não foi consultado, contraída irresponsavelmente por governos submissos aos interesses do imperialismo. Mais uma vez se confirma o fato de que não é possível esperar deste governo nenhuma medida que atenda aos interesses populares, nenhuma medida de defesa da soberania nacional, nenhuma resistência séria às exigências do imperialismo, por mais duras e cruéis que sejam.

É neste quadro político que se reunirá o Conclat. No seu congresso, os trabalhadores terão de apresentar uma alternativa global à política do governo e das classes dominantes, que tem como um dos seus elementos centrais a ruptura com o FMI, a recusa das imposições dos banqueiros, a não aceitação do pagamento da dívida externa contraída por governos antinacionais. E terão de definir um plano de lutas, capaz de impor tanto ao regime militar quanto aos burgueses liberais o ponto de vista dos oprimidos, bem como a forma de organização capaz de sustentar estas lutas.

A crise econômica se agrava, joga por terra o modelo de desenvolvimento capitalista dependente que veio sendo adotado pelo país. A saída dos patrões é sustar o "desenvolvimento", impor a recessão para manter o capitalismo e a dependência com uma miséria cada vez maior. A saída dos trabalhadores tem de ser a da luta contra o conjunto da política econômica, contra o conjunto do regime.

Assim, o Conclat terá de dizer a sua palavra também sobre as questões do regime e do poder. Os setores mais liberais das oposições burguesas falam em eleições diretas, que são um objetivo correto, que deve ser assumido pelos trabalhadores. Mas em 1981 o Conclat já havia aprovado a luta pela Constituinte, que é hoje mais atual do que nunca, que é a conclusão necessária de uma luta coerente pelas eleições diretas. Aos trabalhadores não interessam apenas eleições diretas, mas o fim do regime, a queda da ditadura.

As greves de julho ensinaram aos trabalhadores que hoje é necessário unir a luta pelas reivindicações econômicas com a luta diretamente política contra a ditadura e a sua política. Esta rica experiência deve ser levada para o Conclat.

A saída da crise é política

A única saída para a economia do país passa por um confronto aberto e profundo com os interesses do capital internacional e do grande capital nacional.

Fora disso, não há saída para a recessão e para a acelerada brutalização das condições de vida das amplas massas. Mas nem as oposições burguesas e muito menos a ditadura são capazes de dar passos nesta direção.

A situação de recessão generalizada em que se encontra a economia brasileira está diretamente ligada ao problema do balanço de pagamentos. Mais precisamente, a recessão é fruto da estratégia governamental para enfrentar a falta de divisas e consiste no corte generalizado de demanda seja por meio do corte nos gastos e investimentos do estado, seja através da elevação dos juros que inibe a venda a crédito e o investimento e, principalmente, através do arrocho salarial que o governo vem passo a passo introduzindo e que culmina com o decreto lei 2045.

Reduzindo o nível de atividade da economia, reduz-se a demanda por importações: com base em 1980, estimando uma redução do Produto Interno Bruto da ordem de 6%, atingiu-se uma redução real de mais de um terço das importações brasileiras.

Na verdade, esta estratégia é eminentemente burra e faz lembrar o médico que incapaz de retirar um pequeno tumor da perna do paciente, arranca-lhe logo toda a perna. Isto é, ao invés de efetuar um corte generalizado da demanda que atinge na mesma proporção todas as atividades econômicas, o governo deveria fazer um corte seletivo daquelas atividades mais dependentes das importações e incentivar aquelas atividades que independem das importações. Em outras palavras, matar o trabalhador de fome não produz nem economiza dólares.

A saída da crise

Formulada de maneira absolutamente simples, a implementação desta estratégia não exigiria grande complexidade técnica. Seria necessário a atuação conjunta em três frentes. A primeira seria a de criar mercado para as atividades não importadoras, o que envolveria uma ampla redistribuição da renda, o que implicaria, entre outras medidas, em uma elevação real dos salários. A razão técnica para uma política de redistribuição da renda, estaria no fato de que o consumo de base (alimentação, educação, saúde, saneamento, moradia, vestuário etc) é pouco exigente em matéria de importações.

A segunda frente seria a de incentivar justamente as atividades para as quais a demanda é aquecida, o que envolveria um incentivo à agricultura através de uma

reforma agrária ampla e massiva, à construção civil leve, à indústria nacional de bens de consumo não-duráveis e a um amplo leque de atividades substituidoras de importação.

Finalmente, a terceira frente seria a de conseguir os recursos necessários para financiar as atividades consideradas prioritárias e que são listadas na segunda frente. Mas é aí que se encontra o nó da questão. Na realidade, para conseguir tais recursos o governo teria de tirá-los de quem os tem. Na atual conjuntura, com grande parte da população na miséria, com a classe média e a pequena burguesia pauperizadas, os verdadeiros e "legítimos" detentores de dinheiro são os grandes capitalistas nacionais (com especial destaque para os banqueiros) e as multinacionais.

O problema é que estes senhores, acostumados a serem os grandes beneficiados do modelo não estão dispostos a subsidiarem a reciclagem da economia brasileira. Estabelece-se assim um desequilíbrio, uma forte tensão, entre as exigências e as disponibilidades de recursos que torna inviável qualquer tentativa de recuperação econômica. Nestas condições, a penalização do grande capital passa pela estatização dos bancos e a eventual nacionalização de multinacionais, verdadeiras exigências para sairmos do abismo em que estamos.

Um problema político

Do ponto de vista econômico, teórico, a situação da economia brasileira tem uma saída. Mas há uma barreira política para que esta saída seja encontrada e posta em prática. Em primeiro lugar, é óbvio que pelos compromissos acentua-

dos com o capital estrangeiros e os grandes capitalistas a ditadura não irá tomar nenhuma destas medidas. Aliás, ela faz justamente o contrário.

As oposições burguesas vêm marcando, às vezes de forma veemente e expressando inclusive interesses de setores capitalistas, a sua contestação à linha atual da política econômica que leva o capitalismo brasileiro à brutal recessão. No entanto, é evidente que elas não tomarão o caminho que a situação atual impõe, partirem para um enfrentamento decidido dos interesses do grande capital nacional e multinacional. O mais provável e o que defendem desde já é a realização de um pacto de união nacional, onde se procuraria traçar um acordo entre capitalistas e trabalhadores. O que, como vimos, levará continuamente à penalização dos trabalhadores, não resolvendo o problema do desemprego e mantendo-se, no fundamental, o arrocho dos salários.

Os trabalhadores vêm demonstrando de forma cada vez mais viva a sua oposição à atual política econômica. A greve geral do dia 21 de julho e, as manifestações que ocorreram em todo o país, foi a greve do não à política econômica, ao FMI e à repressão da ditadura. Impõe-se aos trabalhadores, na continuidade, definir qual é a política econômica de seu interesse.

Daí a importância da classe operária, através do movimento sindical, aprofundar a dinâmica da frente única dos trabalhadores iniciada com a greve do dia 21 de julho. Só uma tal frente poderá impor uma derrota à ditadura militar e viabilizar as medidas capazes de tirar a economia do país do caos que o sistema capitalista vem lhe impondo.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo. CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.549/0001-10.

Sucursal: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - Sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

A moratória e o futuro do país

Quando do fechamento desta edição, o ministro Ernane Galveas veio a público anunciar, depois de um sem números de desmentidos, a disposição do governo brasileiro de pedir aos banqueiros internacionais uma prorrogação de 10 e meio a 11 anos nos prazos do pagamento do principal da dívida externa (2,5 anos de carência e oito de amortização), mantendo normalmente o pagamento dos juros. Aqui, o significado da moratória e o que ela significa para o futuro do capitalismo brasileiro.

Por Maurício Lemos

Muito se tem discutido sobre a moratória e seu significado. Sob uma ótica mais genérica, qualquer tipo de moratória representa sempre uma suspensão de pagamentos durante um período mais ou menos longo compreendendo parte ou todo o conjunto da dívida.

A confusão que se estabeleceu em torno do assunto é muito grande. Mesmo assim, as principais opiniões poderiam ser subdivididas em dois agrupamentos aparentemente díspares. Num primeiro estariam os segmentos de opinião mais conservadora que estariam propondo a negociação da dívida ao invés de moratória ao passo que um segundo agrupamento estaria propondo uma moratória unilateral.

No primeiro grupo estariam empresários representantes de multinacionais e alguns políticos do PDS, como Roberto Campos e Marco Maciel. Por exemplo, o presidente da Goodyear do Brasil, George Stewart defende que "o Brasil precisa de uma renegociação urgente de sua dívida externa a longo prazo. A moratória violenta e unilateral não é o melhor caminho. Com a renegociação da dívida externa, de forma eficiente, o país conseguiria um período de carência (um período gracioso de três a cinco anos) em que não pagaria o principal ou os juros."

Também nesta mesma tecla bate o senador Roberto Campos que defende os mesmos interesses destes senhores: "a crise brasileira exige o reescalonamento a mais longo prazo da dívida externa, pois existe essa disposição nos bancos." E uma vez que considera que a moratória unilateral já foi pedida o ano passado, Campos conclui que "essa moratória é uma coisa, reescalonamento negociado a mais longo prazo é outra e é esse que eu prego."

Moratória unilateral

Por outro lado, no agrupamento que propõe explicitamente a moratória unilateral estão basicamente os políticos da oposição. Saturnino Braga, do PDT, por exemplo, propõe que "sem realizar conversações, o governo brasileiro suspenda o pagamento de juros e a amortização do principal, sem fixar prazos, e chama os banqueiros internacionais para um entendimento. Eu não repudio a dívida, quero é um prazo mais longo — de dois a três anos — para pagá-la com juros de 6% ao ano."

Com algumas nuances, isto é o que propõe Fernando Henrique: "Minha proposta é a de partirmos para a moratória, isto é, declaramos suspensos os pagamentos. A partir daí começaríamos uma renegociação, pois os credores não estão dispostos a ficar a mercê dos devedores. E aí invertem-se as posições: somos nós que definiremos os termos nos quais podemos pagar a dívida. E eu sugiro que se peça um prazo de três anos de carência dos juros e do principal."

Uma opinião semelhante defende Celso Furtado: "Eu sugiro a suspensão unilateral do pagamento do principal e dos juros pelo prazo mínimo de três anos, sem qualquer renegociação prévia com os credores. Na forma que entendo, esta moratória vai ser seguida de uma proposta de renegociação com os credores privados, a ser colocada soberanamente pelo governo brasileiro."

Coincidências

Na realidade, a despeito de diferenças semânticas já que um grupo propõe "negociação" e o outro "moratória", todas as opiniões convergem no fundo, para a mesma direção. Tanto faz que se chame a suspensão formal dos pagamentos de "reescalonamento negociado" ou de moratória. A verdade que ambas as propostas convergem para a suspensão de fato dos pagamentos, coincidindo, inclusive,

Bancos deitam e rolam

A renegociação da dívida que está sendo proposta pelo governo brasileiro preserva o super-lucro dos grandes bancos.

Um artigo publicado na revista *Fortune* de 11 de julho passado revela até que ponto os grandes bancos internacionais, principalmente os americanos, têm os seus negócios e lucratividade apoiadas na espoliação dos países latino-americanos. O Citybank, o maior banco dos Estados Unidos, emprestou ao Brasil 4,6 bilhões de dólares obtidos de corporações americanas e 1,0 bilhão de dólares da sua sucursal no Brasil. Apenas os 4,6 bilhões de dólares representam 83% do capital do Citibank. Em 1982, cerca de 22% do lucro total deste banco veio do Brasil, ou seja, excluídos os impostos, cerca de 287 milhões de dólares.

Por sua vez, o Chase Manhattan tem 2,7 bilhões de dólares emprestados ao Brasil, o que representa 73% de seu capital. Os dois bilhões emprestados pelo banco Manufacturers Hanover's representam 68% de seu capital.

Bancos lucram na renegociação

De acordo com o estudo "Bancos comerciais e reestruturação da dívida", resumido no Boletim do FMI de 1º de agosto, "a dívida renegociada está proporcionando aos bancos uma receita anual superior em 2% àquela que obteriam nas condições originais. Isto significa que os bancos poderiam ter uma receita adicional de 1.750 bilhões de dólares anuais, provenientes da dívida internacional de 90 bilhões de dólares que foi renegociada recentemente ou que está sendo renegociada".



Os bancos internacionais, de acordo com o estudo, tiveram seus interesses preservados mesmo com o adiamento do pagamento dos empréstimos por eles concedidos. Se a renegociação dos prazos de pagamento em geral prevê oito anos, os períodos de carência (prazo para o pagamento a ser distribuído nos oito anos começar a ser pago) não excedem dois anos e meio e foram fixadas taxas de juros (spreads) muito superiores aos normais. Além disso, são cobradas comissões pelos bancos pelo fechamento de cada acordo.

A renegociação das dívidas externas, iniciada principalmente a partir da crise financeira do México em agosto de 1982, envolve quinze países, num volume aproximado de 90 bilhões de dólares.

É muito importante ter isto em vista quando o governo brasileiro começa a estabelecer com os banqueiros internacionais novos prazos para o pagamento da dívida. E principalmente, quando se noticia a sua disposição de continuar pagando os juros aos grandes bancos, certamente a taxas bem mais elevadas.

Desemprego e genocídio

O salário-mínimo já será reajustado em apenas 80% do INPC, já de acordo com o decreto-lei 2045.

A crise econômica faz desaparecer empresas, promove absorções, fusões. E promove o desaparecimento de várias "empresas" especiais: famílias proletárias, especializadas em entregar, na porta das fábricas, uma mercadoria chamada força de trabalho. Várias dessas "empresas" estão condenadas a desaparecer nos próximos anos.

O Ministério do Trabalho já deu a dica do morticínio. Em palestra na Escola Superior de Guerra, Murilo Macedo calculou, item por item, na ponta do lápis, quanto custam os três milhões de desempregados oficiais: como são pessoas que comem, são socorridos pelos serviços públicos e outras despesas mais, pesam e não contribuem para salvar a "economia nacional". O custo total de manutenção dessa tropa: Cr\$ 12 trilhões. Somem-se a isso os 7 milhões de subempregados, contados um a um pelo ministro.

O que se faz com todo esse "gado humano", num período que promete mais desemprego? Em um ano em que a construção civil emprega metade do que empregava em 1977, em que a indústria de equipamentos de base prevê 50 mil

demissões em seis meses, tornando mais difícil a fórmula do economista conservador Adroaldo Moura: "a única forma que temos de pagar nossa gigantesca dívida externa é transformar trabalho de baiano em moeda estrangeira".

Economia de guerra... civil

Pois bem, se não dá prá fazer o gado trabalhar, gerando leite, o negócio é transformá-lo em corte: essa é a solução do decreto 2045, dos programas governamentais de controle da natalidade e outras barbaridades. O regime brasileiro atualiza, à sua maneira, a frase do historiador John Strachey: "Num sistema como esse, o problema do trabalho se reduz a uma só questão: a que velocidade é preciso matar os peões no trabalho, para que sua morte ocasione a menor quantidade de gastos possível? Esta pertinente questão foi debatida seriamente pelos senadores romanos, em seus latifúndios, há dois mil anos, depois pelos nobres plantadores do sul dos Estados Unidos e, em nossos dias, pelos senhores nazistas. Acrescentemos também os do Conselho de Segurança Nacional... (Régis Moraes)

na proposição de um prazo de carência onde não se pagaria o principal nem os juros. Mesmo se considerando que alguns adeptos da moratória formal como Saturnino e Fernando Henrique propõem a priori uma taxa de juros de 6% esta diferença é irrelevante para o curto e médio prazos, uma vez que é justamente aí que ocorreria o período da "carência" (moratória) da dívida.

Rota de colisão

Até o momento, porém, todas estas opiniões colidem com o que o governo tem feito para administrar a crise. Sua estratégia até agora tem sido a de esgotar as reservas até torná-las negativas expressas nos quase US\$ 3 bilhões de atrasados comerciais, hoje existentes. Conseqüentemente, o poder de barganha para uma eventual "moratória", "reescalonamento", ou qualquer outro nome que se queira chamar está bastante reduzido, o que levará a uma situação (onde isto se torne inevitável) em que a economia será certamente afogada em sua capacidade de manter as importações essenciais. Este dia que se aproxima rapidamente aprofundará a crise tanto pelo aumento da inflação (escassez de insumos importados essenciais) quanto pelo aprofundamento da recessão (paralisação de empresas pela falta de insumos).

A iminência da "moratória" é evidente e seu protelamento não passa, no fundo, do protelamento do afastamento da atual equipe econômica do governo, já que tendo em vista as suas conseqüências, este seria o ato final de sua encenação e a "gota d'água" para a sua queda.

Para onde vamos

No entanto, a verdadeira e fundamental questão surgirá quando a maré da moratória e seus efeitos de curto prazo baixarem.

Entregue à sua própria sorte, o país se verá diante de uma base econômica internacionalizada arcando com todas as suas conseqüências negativas (excesso de importações, remessa de lucros e outros) sem desfrutar de suas conseqüências positivas enquanto fator de expansão capitalista. O resultado disso, é evidente, será uma economia estagnada com milhões de desempregados, situação em que se encontra não só o Brasil mas a maioria dos chamados países periféricos.

A questão que se coloca é que sem nenhuma exceção, as economias capitalistas periféricas ou bem crescem sob o guarda-chuva da internacionalização — o que implica em seu endividamento permanente até atingir situações limites como os de agora — ou bem permanecem estagnadas como é o caso da grande maioria dos países da periferia. Diga-se, de passagem, que a estagnação é a regra e o crescimento, via internacionalização, é a exceção: no pós-guerra, por exemplo, poucos foram contemplados (Brasil, México, Coreia, Formosa, Hong Kong e os produtores de petróleo) num total de mais de cem países.

Entre 1960 e 1978, a diferença de renda per capita entre os países ricos e os de baixa renda acentuou-se bastante. Entretanto, para os países da periferia capitalista que experimentaram um maior crescimento, o total da dívida externa como percentagem do PIB passou de 11% em 1970 para 18% em 1978.

A partir do momento em que este processo atingiu um limite no final dos anos setenta pelo agravamento da crise internacional, a situação de estagnação e penúria da periferia é um fato evidente, agravado ainda mais pelo estágio de urbanização e industrialização que alguns, como o Brasil, alcançaram. Nestas condições, o desemprego nestes países atinge níveis brutais e o clima de convulsão social vai aos poucos sendo implantado.

"Pela derrubada da política

Na íntegra, a resolução do Diretório Nacional do PT definida na sua reunião dos dias 23 e 24 últimos. A partir dos eixos traçados pelo Diretório uma comissão composta por Francisco Weffort, Perseu Abramo e José Ibrahim elaborou o texto que agora foi aprovado pela Comissão Executiva Nacional. Nele é feito um balanço das greves de julho e, a partir daí, estabelecidas as novas tarefas para o período de lutas que se abre a partir das greves.

As greves e as manifestações de julho mostraram a todo o país que os trabalhadores não estão dispostos a aceitar sobre os seus ombros o peso de uma crise econômica pela qual não são responsáveis. Do mesmo modo, não estão dispostos a pagar o preço de uma dívida externa que não foram eles que fizeram e que só os prejudica.

As greves e as manifestações de julho são movimentos importantes no quadro político do país. Os trabalhadores não se manifestaram apenas por suas reivindicações salariais, mas, sobretudo, contra a política econômica de Delfim Neto, contra o governo de Figueiredo e contra o regime militar, conferindo, assim, caráter político aos seus movimentos.

As lutas populares: eixo da conjuntura política

A realidade da crise econômica, que os trabalhadores sofrem em sua própria carne, ensinou-lhes sobre a necessidade de conferir caráter político às suas reivindicações, muito mais do que os discursos dos economistas e dos políticos. E o que os trabalhadores aprenderam do sofrimento da crise, eles mostraram ao país, com muito mais clareza do que qualquer teórico seria capaz. O quadro econômico do país se define hoje pela crise. E depois das greves e manifestações de julho, a conjuntura política do país se define pela capacidade de luta dos trabalhadores.

A inflação já passou dos 130%. Mas o governo decretou — com o apoio direto do Conselho de Segurança Nacional, instituição fundamental do regime desde os seus inícios — que os aumentos salariais não podem ir além de 80% do INPC o qual, depois dos expurgos de Delfim, se tornou bem menor do que a inflação real. A dívida externa cresce vertiginosamente. Mas o governo, escorado nos interesses financeiros internacionais, só tem como resposta a sua própria submissão às políticas do FMI, alienando a soberania nacional em favor dos mesmos grupos multinacionais que se beneficiam com a dívida. O desemprego cresce assustadoramente. Mas o governo, seguindo as políticas do FMI, empurra a economia mais e mais para a recessão, gerando com isso um desemprego ainda maior. E quando os trabalhadores protestam, o governo intervém nos sindicatos, põe a polícia para espancar e prender, enquadrando líderes sindicais na Lei de Segurança Nacional e ameaça toda a população com as chamadas "salvaguardas institucionais".

Por todas estas razões, as greves e manifestações de julho tinham que assumir uma dimensão nitidamente política. A política

econômica, que segue orientações do FMI, tornou-se a pedra de toque do governo Figueiredo e do próprio regime. Só pelo uso da violência e do arbítrio é que o governo poderá impor ao país uma política econômica que atira os trabalhadores e o povo na miséria. A chamada abertura de Figueiredo revela, uma vez mais, as suas limitações. Já restrita antes da política econômica imposta pelo FMI, a política de abertura torna-se, agora, ainda mais limitada.

Os trabalhadores tomaram consciência de que se as coisas continuarem como estão, eles não poderão esperar do atual regime senão mais opressão e mais miséria. E foram à luta, na consciência de que só conseguirão derrubar a política econômica se forem capazes de garantir a sua própria liberdade de organização. O que significa dizer que a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida passa, necessariamente, pelo fim do atual

que está, busca continuar sob novas roupagens. Todos os brasileiros viram os esforços — tão desesperados quanto ridículos — dos Malufs, dos Andreazzas e dos Aurelianos, ensaiando uma falsa campanha sucessória diante do mesmo povo a quem eles negam o direito elementar de eleger o Presidente da República.

Foram necessárias as greves e as manifestações de julho para que a farsa da campanha sucessória passasse ao lugar obscuro que merece no cenário político. É que os ridículos "candidatos a candidato" descobriram, bem como o regime do qual fazem parte, que os protestos dos trabalhadores trouxeram para o cenário a crítica global — política, social e econômica — da situação de verdadeira

muitos caminham, nesses partidos, para as conhecidas fórmulas de "consenso nacional", "conciliação nacional" etc, através das quais buscam se aproximar do regime que, até ontem, diziam combater. São fórmulas conhecidas preparando um conluio — que nada tem de nacional — que assegure "salvaguardas" para os interesses das classes dominantes, em particular os bancos e o grande capital.

Para se entender a real atitude destes setores em face das lutas populares, seriam suficientes os exemplos de Estados onde o PMDB é governo. Em vários deles, a chamada "repressão democrática" foi, na verdade, tão ou mais dura do que a repressão nos Estados onde o PDS é governo. Estes setores falam de



A luta dos trabalhadores por melhores condições de vida passa necessariamente pelo fim do atual regime o qual deverá ser substituído por um regime democrático que assegure o exercício dos seus direitos de livre organização sindical e política.

calamidade em que vivemos. Perceberam que os trabalhadores se preparam para continuar os seus movimentos numa escala muito maior e que isso haverá de significar um basta definitivo à política econômica e ao regime atual. Depois de julho, as pretensões de continuidade do regime não têm as mesmas possibilidades que antes.

Os protestos populares serviram ainda para mostrar o quanto havia de farsa nos conservadores e liberais que, durante as

negociação democrática, mas suas perspectivas reais estão em um conluio anti-democrático, porque baseado na marginalização política e econômica dos trabalhadores.

O PT e as Alianças Políticas

O PT quer se aproximar dos setores que se mantêm fiéis às lutas de oposição e que buscam servir aos interesses do povo. Mas quer distância dos setores — sejam de que partidos forem — que traem a palavra empenhada junto ao povo. E, sobretudo, quer não apenas se aproximar, mas juntar-se às lutas populares onde elas se encontrem. O PT tem origem nos movimentos populares e não negará jamais os seus princípios.

Vimos participando — e continuaremos a participar — da campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República junto com outras forças políticas de oposição, entendemos que a institucionalização que o regime busca e que esta campanha combate, está longe de ser uma questão meramente institucional. O regime e seus aliados — muitos dos quais são falsos opositoristas que só abrem a boca para falar de "consenso" — pretendem assegurar condições políticas para continuar jogando o peso da crise econômica sobre os ombros dos que sempre pagaram — os trabalhadores — e para beneficiar, uma vez mais, os que sempre, lucraram — ou seja os banqueiros e os grandes capitalistas, nacionais e internacionais.

Para o PT, isso significa que a campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República só cumprirá as suas finalidades democráticas se puder cumprir também as suas finalidades econômicas e sociais. Daí que ela não pode dissociar-se das lutas dos trabalhadores e de suas reivindicações. Para nós, do PT, está claro que não teremos, no Brasil, nenhum avanço para a democracia enquanto se mantiver a política econômica que aí está. Admitindo que as eleições diretas para a Presidência possam vir sem a mudança da política econômica, haveria que admitir também que serviriam de pouca coisa.

A política econômica atual vai muito além do aspecto estritamente econômico. Na verdade, ela é o centro de um modelo de



Ennio Brauns Filho

Os trabalhadores não se manifestaram apenas por suas reivindicações salariais mas, sobretudo, contra a política econômica, contra o governo e contra o regime militar, conferindo assim caráter político a seus movimentos.

regime, o qual deverá ser substituído por um regime democrático que assegure o exercício dos seus direitos de livre organização sindical e política.

O regime e as falsas oposições

No pressentimento do seu próprio fim, o regime vem, de alguns tempos para cá, procurando formas de se institucionalizar. Como sabe que não pode permanecer do jeito

eleições de 1982, se apresentavam ao povo falando em nome da oposição e defendendo a democracia e a participação popular. O PTB, já aliado do PDS, manifestou-se contra as greves. E, apesar de algumas vezes discordantes, o PMDB e o PDT, desmentiram promessas eleitorais, omitindo-se diante do dever de apoiar os movimentos populares ou, o que é ainda pior, manifestando-se diretamente contra as greves. Conforme nós, do PT, havíamos previsto durante a campanha,

econômica e o fim do regime militar''

dominação social, de opressão política e de exploração econômica que só pode funcionar em regimes de caráter ditatorial. Essa política econômica seria impossível, inteiramente inviável, sem a Lei de Segurança Nacional, sem as chamadas "salvaguardas institucionais", sem as restrições que pesam sobre a liberdade e a autonomia sindical e sobre a liberdade de organização partidária. Por isso, a campanha das eleições diretas deverá, para o PT, envolver o combate a isso tudo.

O PT e a Luta Popular

O PT luta para criar, em todo o país, as condições políticas necessárias para que o Brasil possa romper os acordos que o governo fez com o FMI. Isso significa que lutamos para criar as condições políticas para uma nova política econômica em que os trabalhadores e o povo obriguem os banqueiros e o grande capital a pagar pela dívida externa, da qual são os únicos beneficiários. Como deixamos claro, esta é uma luta que só pode caminhar junto com a luta pelo fim do regime.

Criar condições políticas para atingirmos estes objetivos significa, em primeiro lugar, fortalecer o Partido para que possa fazer frente às tarefas que o momento exige.

O Partido só pode fortalecer-se se estiver presente nas lutas dos trabalhadores, apresentando-lhes as nossas propostas e servindo ao fortalecimento dos seus sindicatos e associações em geral. Para tanto deverá ser capaz de servir aos trabalhadores como uma referência de luta, apto a agir junto aos seus movimentos no sentido do desenvolvimento de sua dimensão política.

Está claro que objetivos tão altos quanto a mudança da política econômica e o fim do regime exigem um processo prolongado de acumulação de forças que só pode se apoiar nas lutas populares por suas reivindicações concretas. O PT tem propostas com este objetivo: criação do salário-desemprego, semana de 40 horas de trabalho sem redução salarial e escala móvel de salários.

Mas sabemos que a luta contra a política econômica não pode, por seu caráter político e global, limitar-se a objetivos econômicos de caráter imediato. Exige também que o PT seja capaz de manter e de aprofundar as lutas pela revogação da Lei de Segurança Nacional, em favor da liberdade e autonomia sindical e em favor da liberdade partidária. E nossos objetivos democráticos não ficam nessas medidas. Por indispensáveis que sejam, as liberdades de expressão e de organização pressupõem medidas econômicas de longo alcance que levem a um modelo de desenvolvimento do país que se baseie nas necessidades da população. No plano social, impõe-se a realização de uma reforma agrária, tanto por seu caráter democrático quanto pelos efeitos positivos na ampliação do mercado nacional.

No momento em que são dados os últimos preparativos para o CONCLAT o PT se dirige com as suas propostas aos trabalhadores, às forças políticas democráticas e dos movimentos populares do país. As greves e as

Um avanço político importante

A Resolução incorpora elementos importantes da conjuntura ao avaliar o novo momento vivido pelo movimento operário, ao destacar o eixo central da luta contra a ditadura. Mas persistem ainda indefinições e lacunas importantes.

Esta Resolução do Diretório Nacional do PT permite ao partido avançar no entendimento do significado das greves e manifestações de julho e do momento político atual, contribuindo para a orientação dos militantes.

Corretamente assinala que "os trabalhadores não se manifestaram apenas por suas reivindicações salariais, mas, sobretudo, contra a política econômica de Delfim Neto, contra o governo de Figueiredo e contra o regime militar, conferindo, assim, caráter político aos seus movimentos". Assinala também que, sofrendo com a crise que o regime obriga as massas a pagarem os trabalhadores tomaram consciência de que a "luta (...) por melhores condições de vida passa, necessariamente, pelo fim do atual regime".

A resolução afirma também que a luta pelas eleições diretas só tem sentido se combinada com a luta por todas as reivindicações fundamentais dos trabalhadores, contra o "modelo de dominação social, de opressão política e de exploração econômica". Em resumo, as lutas dos trabalhadores hoje devem se centrar na derrubada da política econômica atual e no fim do regime de violência e opressão.

O Diretório Nacional do PT denuncia o papel das "falsas oposições", que se apresentaram nas eleições de 82 falando de democracia e participação popular, e agora

implementam uma "repressão democrática" "tão ou mais dura do que a repressão nos estados onde o PDS é governo".

Mas, apesar de todos estes pontos de partida corretos para a definição clara de uma política para o PT hoje, a Resolução do Diretório Nacional deixa a desejar em diversos aspectos.

Em primeiro lugar, apesar de ter um item sobre "O PT e as alianças políticas", não define esta questão. Diz que "o PT quer se aproximar dos setores que se mantêm fiéis às lutas de oposição e que buscam servir aos interesses do povo", "mas quer distância dos setores que traem a palavra empenhada junto ao povo". Mas nem uns, nem outros, são definidos com clareza, e nem qual seria o rumo geral de uma tal política.

Frente única

Nesta questão, uma colocação muito mais clara seria a de que devemos lutar por uma frente única dos trabalhadores e de todos os setores explorados e oprimidos da sociedade contra a política das classes dominantes em todas as suas variações. Há no PMDB e no PT setores que procuram se vincular aos movimentos populares, que procuram defender os seus interesses; devemos chamá-los para integrarem o bloco dos trabalhadores, para romperem com os seus partidos, partidos controlados por burgueses conservadores.

Outra questão é que a Resolução diz que o PT vinha participando, e continuará a participar, da campanha por eleições diretas para a Presidência da República. Ora, é difícil dizer que existe hoje de fato uma campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República, tal a sua timidez. É preciso mudar radicalmente esta campanha, dar um salto de qualidade. Nesta questão, é difícil fugir — como tem feito o PT — da defesa não apenas das eleições diretas, mas de uma Assembléia Nacional Constituinte, é necessário lutarmos para que esta campanha tenha um caráter de mobilização de massas.

Um último reparo a fazer à Resolução é que conclui sem esclarecer claramente os militantes sobre quais devem ser os passos seguintes. Por exemplo, a construção da CUT, a preparação de uma nova greve geral, mais ampla e mobilizadora do que a do dia 21.

Em conclusão, é uma Resolução que tem contribuições muito importantes para orientar os militantes do partido, apesar de algumas lacunas. Lamentavelmente, estas orientações começaram a ser esquecidas na pré-Convenção do PT de São Paulo, que aprovou uma plataforma que em várias questões fundamentais (luta contra a ditadura, greve geral, se opõe à Resolução recusando inclusive explicitamente formulações tiradas do próprio texto do Diretório Nacional). (ver matéria Pág. 6)

manifestações de julho assinalam o primeiro passo num novo período de lutas dos trabalhadores contra o atual regime. Outros virão na caminhada que só terminará quando pudermos, os trabalhadores e os seus aliados políticos, derrubar a atual política econômica e o regime de violência que a sustenta.

Pela derrubada da política econômica atual e pelo fim do regime atual, propomos a luta por:

- I salário-desemprego semana de 40 horas sem redução salarial escala-móvel de salários
- II revogação da Lei de Segurança Nacional liberdade e autonomia sindical liberdade partidária eleições diretas para a Presidência
- III reforma agrária sob controle dos trabalhadores política econômica baseada nos interesses dos trabalhadores

23 e 24 de Julho de 1983.
Diretório Nacional do PT



O PT na TV

Na sua última edição o EM TEMPO publicou uma matéria, sob o título "Água com açúcar na TV", a respeito do programa do PT que seria levado ao ar em cadeia nacional de rádio e televisão no dia 5 de agosto.

A matéria foi publicada logo em seguida à geração e, portanto, vários dias antes de ser levada ao ar. Nela destacamos que, se por um lado, a simples divulgação dos propostas programáticas do partido via rádio e televisão já seria um grande feito, e muito impactante, sobre milhões e milhões de brasileiros, no entanto, a direção do programa não soube explorar esta oportunidade à altura dos desafios e possibilidades presentes no momento.

O programa foi gravado dias depois da greve geral, e este tema, bem como os fatos ligados à greve, apenas marginalmente aparecem durante a uma hora de discursos. Era o momento, entendemos do partido aproveitar a oportunidade para informar à opinião pública sobre o que realmente acontecerá, contrabalançando assim a onda de desinformação promovida dias antes pelos meios de comunicação patronais. Era o momento de se deflagrar uma campanha pela reconquista dos sindicatos sob intervenção.

Faltou ainda, na primeira oportunidade que o partido voltava à televisão depois das eleições de novembro passado, uma crítica contundente das práticas dos governos estaduais dirigidos pelo PMDB e PDT, bastante distantes das promessas de campanha.

Além disso, felizmente, entre a produção e a edição do programa houve grandes mudanças, cortes principalmente, que evitaram um descompasso ainda maior entre as necessidades e os discursos. Na produção apareciam durante o tempo de gravação, vários oradores falando de "Porque PT", onde a tônica predominante era dizer que "o PT é um sonho", "uma esperança" jogando o partido para o terreno do desejo abstrato e não da política concreta. Estes lances, felizmente depois suprimidos, dariam um descompasso ainda mais gritante entre as necessidades do momento, de luta e mobilização efetivas, e a mensagem partidária.

Felizmente isto não ocorreu, e o programa ficou assim bastante melhorado, ainda que com as insuficiências que apontamos acima. Ficou o impacto da proposta de luta, positivamente recebido na grande maioria de assistentes.



As greves e as manifestação de julho assinalam um primeiro passo num novo período de lutas dos trabalhadores contra o atual regime. Outros virão na caminhada que só terminará quando pudermos, os trabalhadores e seus aliados políticos, derrubar a atual política econômica e o regime de violência que a sustenta.

O que foi o processo dos "113"

Com o reforço dos apoiadores do jornal O Trabalho, que na última hora retiraram sua chapa, os "113" emplacaram mais fácil do que esperavam no processo de renovação da direção do PT paulista.

Por Flávio Andrade

O Diretório Regional do PT paulista teve neste fim de semana o desfecho de seu processo de renovação, numa pré-convenção que reuniu cerca de 900 delegados para debater e votar entre as quatro propostas alternativas que se apresentaram. Por quase 60% dos votos, a maioria optou pelo Plano de Ação apresentado pela "Articulação dos 113", a qual no entanto acabou ficando com 73% dos cargos do Diretório uma vez que a chapa "Unidade" (que contava com o apoio do jornal O Trabalho) se retirou da disputa final chamando o voto aos "113". As duas outras chapas, "Avançar na Luta" (encabeçada pelo deputado federal José Genoíno) e "PT-83: O partido na direção da luta contra o arrocho e a ditadura" (encabeçada pelo ex-dirigente sindical José Ibrahim) alcançaram respectivamente 16% e 11,5% dos votos, colocando a primeira 9 integrantes e a segunda 7, dentre os 60 novos membros do Diretório.

O avanço maior deste processo de quase dois meses de debate que culminou agora na pré-convenção foi a marginalização daqueles setores mais à direita dentro do espectro partidário que, desde o início do ano, vinham desencadeando uma verdadeira campanha liquidacionista contra o PT. Esta ala do partido sequer chegou a se apresentar com chapa própria e, por consequência, agora fica fora da nova direção.

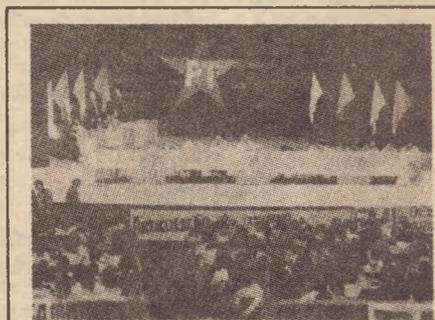
Esta política de diferenciação empreendida pelos sindicalistas de São Bernardo, o setor hegemônico no partido, no entanto, não foi muito além da marginalização da direita liquidacionista. É inegável que o PT, ainda que difusamente, pela ação dos petistas individualmente mais que pela ação do partido, cresceu muito no período recente, a partir das greves de julho que marcam uma nova conjuntura para o movimento de massas no país. Mas, ao mesmo tempo, este processo de debate para a renovação da direção não conseguiu trazer para dentro do partido, política e organicamente, toda a ousadia, a vitalidade e disposição de luta, todas as consequências enfim que cabia tirar destas mobilizações de massa experimentadas recentemente. O processo de debate e renovação partidária esteve bastante aquém da realidade do movimento de massas; em verdade, sob certos aspectos, até mesmo em contradição com ela.

A razão desta limitação está principalmente na forma como foi constituída a "Articulação dos 113". Uma tática exageradamente defensiva que, com o aval de Lula, mas sem sua participação ativa, costurou num primeiro momento uma maioria dos grupos partidários para, somente depois, e pela desenvoltura na elaboração de certos grupos, definir um Plano de Ação. Este, por força dos compromissos assumidos acabou cristalizando uma proposta política contraditória não apenas com os documentos nacionais do partido mas até mesmo com a prática dos próprios sindicalistas de São Bernardo. Uma composição rigidamente cristalizada e garantida por meio de um burocrático regimento interno que impedia a reconstituição de chapas e programas a partir da discussão. A partir daí estava truncado o profundo e claro debate que seria necessário para alçar o partido a nível das grandes exigências e desafios do momento político atual.

Uma estranha relação, semelhante a uma filtragem, parece haver se estabelecido entre a prática sindical dos sindicalistas de São Bernardo e sua prática partidária — e isso apesar das reiteradas

proclamações da direção nacional do PT no sentido de que o eixo de ação privilegiado do partido passaria a estar agora no movimento sindical.

Por exemplo, de volta à questão central da greve geral: enquanto Lula, Jacó e vários outros sindicalistas combativos dos mais variados grupos petistas, juntos, se lançavam com ousadia à cabeça da deflagração da greve, enunciavam alto e bom som seu caráter político contra o regime militar, insistiam na sua caracterização como forma de luta central do movimento operário, apontavam já para a necessidade de retomada em escala ampliada de novas mobilizações etc,



A própria prática sindical dos dirigentes de São Bernardo, suas análises das greves bem como suas resoluções a nível dos organismos nacionais do partido, estranhamente, não encontraram espaço nem expressão a nível dos documentos dos "113".

enquanto tudo isso acontecia, como que do outro lado mas de uma outra moeda, no terreno partidário do PT, a coisa era bem outra.

Em primeiro lugar, estranhamente, não foi esta magistral ação concreta da greve o que terminou unindo ou dividindo as forças petistas, não foi ela o divisor de águas no processo da pré-convenção paulista. Ao invés disso, os sindicalistas de São Bernardo endossaram uma articulação de 113 nomes que excluía seus companheiros de Paulínea e de várias outras categorias combativas nas jornadas de julho. E que, ao mesmo tempo, trazia para posições de destaque dentro do PT companheiros e grupos não apenas alheios àquelas lutas mas, mais do que isso, que as encararam como uma temeridade voluntarista dos sindicalistas.

Em segundo lugar, e mais estranho ainda, estes mesmos sindicalistas de São Bernardo endossavam uma proposta política, um Plano de Ação para esta articulação, que é uma verdadeira negação de sua prática grevista. A proposta política dos "113", elaborada por certos grupos que o compõem, e aprovada agora pela pré-convenção, rebaixa a greve geral a um caráter meramente reivindicatório, põe fora de cena a luta contra o regime militar, define a greve não como forma central de luta mas sim, apenas, "um outro instrumento de luta" e clama, cheia de dedos, por prudência e cautela na sua preparação e deflagração etc. Enfim, a contradição não está somente em ser uma proposta política incapaz de ter orientado a ação petista no rumo daquilo que fizeram os sindicalistas combativos; mais grave e absurdo, trata-se de uma proposta que

sequer tirou das greves as lições mínimas e elementares; uma proposta que, numa leitura fria e sem interpretações benevolentes, é uma verdadeira base para uma crítica à ação grevista dos petistas.

Não é assim mera coincidência que nos ataques dos "113" às outras chapas expressões tais como "vanguardistas", "voluntaristas", "catastrofistas" etc, ocuparam um lugar de destaque — expressões que, de resto, são literalmente as mesmas que o PCB e os pelegos têm usado nas suas críticas aos sindicalistas que deflagraram as jornadas de julho.

Como também não foi mera casualidade o fato de que os "113", sensíveis a um plenário massivo de 900 delegados tenham colocado na pré-convenção, taticamente, para apresentar sua proposta, o deputado estadual Eduardo Jorge. Integrante da ala esquerda dentro dos "113", o deputado lançou para os petistas um vibrante discurso que nada tinha a ver com o tom morno e bem comportado do Plano de Ação da "Articulação". Colocou no centro da luta o fim do regime militar, precisou a greve geral como forma principal de luta da classe trabalhadora no período, denunciou o governo Montoro como burguês e terminou proclamando o caráter revolucionário do PT.

Mas deixando de lado estas manobras de plenário e de volta ao texto dos "113". Aquele estranho descompasso fica ainda mais gritante quando do processo de emendas que terminou dando a forma final do Plano de Ação. Enquanto no mundo sindical temos grandes mobilizações de massa colocando o regime ditatorial com sua brutal repressão no centro da luta, enquanto isso, no mundo partidário petista dos "113", no seu Plano de Ação, temos uma sólida "transição democrática" na qual "aos trabalhadores cabe jogar um papel positivo". Ou então, enquanto Lula, dirigindo os organismos nacionais do partido, aprova resoluções contundentes sobre o caráter das greves, o papel dirigente do partido, a luta contra a ditadura militar etc, os "113", sem nenhum constrangimento, negam como emendas ao seu texto final propostas que nada mais são do que trechos de resoluções recentes da Executiva Nacional, do Diretório Nacional ou então da Plataforma Nacional do partido. A coisa chega ao ponto de uma das lideranças centrais dos "113", José Dirceu, afirmar exultante nos corredores da pré-convenção paulista: "agora sim, temos uma clara e majoritária oposição paulista ao Diretório Nacional"...

Toda esta estranheza, este descompasso, no entanto se explica: como dizíamos, o eixo de constituição dos "113" foi excessivamente defensivo. Por um lado, acertadamente, diante da direita liquidacionista; mas por outro, evitado de preconceitos e caricaturas, em relação à esquerda petista. A partir daí, sua força central, o aval dos sindicalistas de São Bernardo, buscou menos afirmar uma proposta positiva para o partido mas, sobretudo, revigorar sua própria hegemonia através de um efetivo rolo compressor sobre aquelas áreas críticas demarcadas à direita e esquerda.

O custo desta manobra defensiva, como se viu acima, não foi pequeno para o partido. Em prol de se costurar alianças amplamente majoritárias terminou-se abrindo espaço para uma expressão desproporcionalmente forte de certos

grupos petistas que, ainda que aparentemente fiéis e leais a São Bernardo, pouco têm a ver com sua prática combativa. Basta ver a elaboração produzida por estes grupos, o Plano de Ação analisado acima, onde a greve é secundarizada e o central passa a ser a reintrodução no partido de velhas idéias reformistas, ao estilo "passo a passo", que se julgava enterradas desde a aprovação da Plataforma Nacional no ano passado.

O debate político no partido ao longo destes dois meses contudo não conseguiu deixar claro estas questões. Os "113" jogaram pesado na despolitização da base, lançando a caricatura da chapa do Lula versus chapas dos grupos, de chapa dos que fazem versus chapas dos que falam etc. Evitou-se assim que aflorassem devidamente as várias propostas existentes dentro do partido; congelou-se as diferenças dentre os "113" com o selo ofuscante do aval lulista e esteriotipou-se os adversários como "vanguardistas" e "iluminados".

O propósito da chapa "PT — 83: O partido na direção da luta contra o arrocho e a ditadura", onde estávamos junto com outros companheiros, não encontrou portanto espaço favorável aos seus objetivos. Além de isolar o liquidacionismo da direita entendíamos que era preciso e possível fazer avançar o PT paulista deslocando sua tradicional direção de centro direita para uma nova composição de centro esquerda. Uma nova direção calcada nos documentos nacionais do partido que são inegavelmente

Não foi possível trazer para dentro do partido todo o impacto, o dinamismo e as consequências dos movimentos grevistas de julho que os sindicalistas combativos tão bem souberam ousar.

mente um razoável ponto de partida para a definição das tarefas presentes do PT. Uma nova direção que tirasse das greves de julho todos os ensinamentos e potenciais de crescimento para o partido, tanto a nível político como orgânico. Uma nova direção enfim capaz de relançar o partido no papel de dirigente da luta de massas contra o arrocho e a ditadura.

O rolo compressor dos 113, aliado a um regimento interno burocrático que impedia a recomposição de chapas e programas, não deixou, porém, muito espaço para a politização do debate que poderia produzir tal resultado. Terminou-se assim não se conseguindo mais do que a colocação de uns poucos companheiros no Diretório, os quais agora tentarão dar continuidade a esta luta desde o interior da direção eleita.

Com certeza há espaço para isso: os "113" não apresentam homogeneidade à luz do Plano de Ação que fizeram aprovar. Por exemplo, numa nova greve geral deverá ficar mais claro o leque de alianças real dentro do partido e na sua direção. Bem como, no exercício direto e cotidiano da direção partidária, nos seus diversos aspectos políticos e organizativos, é lá, mais do que em qualquer debate de plenária, que a frágil costura política dos "113" se revelará e um processo de recomposição de alianças realmente políticas irá pouco a pouco se conformando.

Em síntese, com esta pré-convenção o partido começa a se mover da paralisia e das ameaças em que se encontrava desde as eleições do ano passado. Mas o caminho a percorrer para lançar o PT à luta de massas ainda está por ser traçado.

Santo Amaro/SP

De novo, a democracia de certos "113"

O Diretório Distrital do PT de Santo Amaro, na capital paulista, em meio a uma crise que se arrastava já há meses, teve agora suspensão, por sua Comissão Executiva, a convenção oficial que deveria se realizar no último dia 31 de julho.

Arguindo uma série de irregularidades e arbitrariedades do presidente no processo preparatório da convenção, a maioria da Comissão Executiva tomou esta atitude para evitar a consumação de um golpe do grupo majoritário do PT no distrito, ligado à deputada Irma Passoni o qual, usando de uma série de expedientes escusos tentava a todo custo se apossar do controle total do Diretório.

Com esta medida abre-se agora espaço para uma intervenção, de fato, da direção estadual quando, espera-se, o processo de renovação do Diretório poderá ser retomado em bases lisas e conforme a ética petista.

Um partido paralelo

A história é longa. O Diretório de Santo Amaro, até as eleições do ano passado, sempre fora exemplar dentro do partido. Com mais de 30 núcleos funcionando em reuniões semanais numa inter-núcleos, com sede dotada de telefone e funcionário pagos pela militância da região, era efetivamente uma ativa base petista tanto no encaminhamento das lutas locais como nos debates político-partidários.

Tudo isso, somado à importância estratégica da região, foi o que fez com que ocorresse em Santo Amaro o lançamento estadual da campanha eleitoral do partido no dia 21 de maio do ano passado.

Este processo de construção política do partido na região, entretanto, sempre enfrentou, desde o início, os métodos eleitoreiros do grupo da deputada: ausências frequentes e sistemáticas de seus integrantes às reuniões do Diretório; núcleos de duvidosa existência real na representação da inter-núcleos; ou então "inchaço" de reuniões plenárias para retirada de candidatos; manobras particulares para impor definições etc.

Passadas as eleições parlamentares, o grupo literalmente abandonou a sede e as instâncias do partido, optando pela montagem de um escritório parlamentar, fartamente equipado, agora da deputada federal juntamente com seu sucessor estadual, o deputado Paulo Diniz. E desde aí, do escritório, iniciaram uma política de centralização de "sua" militância e de preparação do golpe planejado para se consumir na convenção oficial.

Ao longo de todo este primeiro semestre

Frustrado o golpe que o grupo da deputada Irma Passoni preparava contra o partido na região sul da capital paulista. Uma nova pré-convenção deverá agora ser convocada sob direção da Executiva Estadual.

uma única vez conseguiu-se com que o grupo acionasse seus apoiadores para garantir quorum às reuniões do Diretório. Detendo a maioria da direção e portanto a responsabilidade maior pelo partido no distrito, o grupo usou e abusou de sua omissão como forma de boicotar qualquer possibilidade de trabalho partidário na região.

Uma convenção disputada

Quando da pré-convenção distrital, surgem três chapas, apesar de reiterados apelos feitos por uma minoria do Diretório que, em meio aos boicotes do grupo da deputada, ainda assim tentava vencer o conjunto da necessidade de chapa única dado o estado em que se encontrava o partido no distrito.

O grupo da deputada articulou sua chapa por fora das tentativas de se reunir o Diretório, um outro grupo menor resolveu também se lançar por conta própria, restando assim àquela minoria que vinha carregando de fato o Diretório, articular-se também enquanto chapa. Minoria no Diretório mas que no entanto aglutinou efetivamente em sua proposta os núcleos realmente existentes em Santo Amaro.

Por isso mesmo sua chapa obteve na pré-convenção 40% dos votos, a chapa da deputada, apesar de todo o apoio da infraestrutura de seu escritório ficando com apenas 42% e a outra chapa com 18%.

A partir deste resultado e das composições que se poderiam concretizar, estava ameaçado o domínio do grupo da deputada sobre o Diretório. Mas a pré-convenção de Santo Amaro acabou não sendo reconhecida pela direção estadual do partido.

Estiveram presentes, devidamente registrados, mais de 320 petistas no encontro, quando o quorum mínimo era de 299. Mas em virtude de mudanças recentes nos cartórios eleitorais da região, e da desorganização daí decorrente nas listas de filiados, somente se comprovou a condição de filiados, via cartório, para 293 dos presentes. Neste quadro um recurso impetrado perante a direção estadual pedia reconhecimento da pré-convenção; mas, manifestado a discordância quanto ao recurso por parte do presidente do partido no distrito, ligado ao grupo da deputada, a direção estadual terminou por negá-lo.

Via-se aí que o grupo não aceitaria a iminente derrota que se verificava a partir dos

resultados da pré-convenção. Por isso, o partido acabou marchando direto para a convenção oficial (uma disputa despolitizada e burocrática) profundamente dividido, uma das partes, o grupo da deputada, resolutamente empenhado em recuperar-se da derrota a qualquer custo. Foi mais um passo no golpe.

Impugnações ilegítimas

O prazo para entrega das inscrições de chapas era o dia 21 de julho, dia da greve geral. Pela lei, era necessário uma subscrição de 310 petistas para que uma chapa fosse inscrita. O grupo da deputada, longe do empenho na preparação da greve, facilmente apresentou nesta noite suas 426 assinaturas; o grupo da chapa que obtivera 18% na pré-convenção decidiu sair do páreo; e o grupo da minoria do Diretório, atolado nos encaminhamentos da greve, (tendo inclusive naquela noite vários de seus integrantes presos na Polícia Federal), por não haver ainda nesta data alcançado as 310 assinaturas, solicitou prolongamento do prazo final até o dia 29. Depois de muita relutância, o presidente do partido no distrito (que, diga-se de passagem, é Guarda de Segurança da Taurus) concordou com visível má vontade, apenas restringido em negar pelo fato de a greve ter sido uma orientação da direção sindical petista.

No dia marcado, 29, lá estavam 375 assinaturas e a chapa da minoria. Mas o presidente, mais uma vez, ao invés de aceitá-la, resolveu negar recibo ou protocolo sob alegação de que teria que conferir se as assinaturas eram verdadeiras ou não. Dias depois chega à direção estadual do partido um documento do presidente afirmando haver detectado falsificação de assinatura na subscrição daquela chapa. Mas, feita a prova, verificou-se tratar-se de simples caso de homônimo (dois petistas, com nomes iguais, assinando cada um uma determinada chapa) afoita e levemente interpretado como falsificação pelo presidente numa atitude caluniosa e difamatória da chapa adversária.

Frustrado este golpe, partiu-se para o seguinte: na sexta-feira, véspera do domingo 31, quando se daria a convenção, o presidente faz chegar à chapa adversária um ofício declarando que não havia número mínimo de assinaturas para a inscrição da chapa. Diante do absurdo, rapidamente consultada pelos integrantes da chapa, a direção estadual disse que nada iria fazer no caso.

A situação estava clara; o grupo da deputada não queria nem arriscar na convenção oficial, apesar desta lhe ser aparentemente favorável pela despolitização e pelo poder de sua infraestrutura. Queria simplesmente concorrer sozinho, impugnando arbitrariamente a chapa adversária.

Atitude desesperada

Somente na tarde daquela sexta-feira é que o presidente entregará à chapa adversária as

listas de filiados para a conferência das assinaturas comprovadamente de filiados, que ele dizia não existirem. E feita a verificação, mais este golpe caiu por terra: as assinaturas passavam de longe as 310 exigidas pela lei.

Mas mesmo assim, o presidente perseguia seu intuito, dando por impugnada a chapa. Foi quando então a maioria da Comissão Executiva do partido no distrito, não alinhada com o grupo da deputada (apesar deste deter maioria no Diretório no seu conjunto) resolveu dar um basta à autocracia golpista do presidente. Pois, de acordo com os estatutos bem como a Lei Orgânica quem deve convocar a convenção, receber chapas e eventualmente impugná-las não é o presidente mas sim a Comissão Executiva ou o próprio Diretório. Assim, usando então de seus poderes e responsabilidades a Comissão Executiva se reuniu e resolveu suspender a convenção por falta de condições minimamente lisas para sua efetivação.

Esta deliberação foi encaminhada posteriormente à Justiça Eleitoral e à direção estadual do partido ao mesmo tempo em que, no próprio domingo, diante da relutância do presidente em se submeter à deliberação majoritária da direção, o mesmo foi intimado pela Executiva a colocar todos os livros, registros e fichas do partido sob sua guarda, como forma de fazer cumprir de fato sua decisão estatutária e legal.

Diante deste ato, as reações variaram. A direção estadual resolveu que uma nova pré-convenção oficial será convocada sob sua fiscalização (o que era o intuito da Executiva distrital). Mas o grupo da deputada, surpreendido que foi no seu golpismo e despotismo, do alto de sua arrogância como pretense senhor absoluto do partido na região, resolveu lançar uma campanha de calúnias contra a Executiva acusando-a de haver destruído o partido em Santo Amaro e divulgando mentiras grossas como supostas violências físicas, roubo de fichas, agressões etc.

No fundo, tudo indica que este processo de Santo Amaro teve a ver com a caída em desgraça da deputada no interior da "Articulação dos 113" que preparava a sucessão estadual no partido. Sendo da Secretária Geral da gestão que agora finda, Irma Passoni não mais sequer figura no Diretório estadual recém eleito. Seu desgaste ao longo da gestão, em virtude de seus métodos despolitizados, eleitoreiros e até mesmo grossos em muitas ocasiões, levou a que ela quase ficasse fora dos "113". Sob protestos acabou permanecendo, mas inteiramente ofuscada. Quem sabe, talvez sentindo que mesmo no ainda longínquo processo de renovação da direção nacional ela não alcançaria postos de maior relevo, a deputada parece ter resolvido voltar-se para sua base regional e lá fincar-se de maneira triunfal e absoluta.

Esta motivação desesperada pode talvez ter sido a fonte para atitudes tão escusas e despóticas por parte de seu grupo na região. Mas agora, sob fiscalização da direção estadual, seguramente o processo de reconstrução do partido em Santo Amaro poderá dar passos mais sólidos.

uma preocupação correta do artigo — caracteriza-se com ligeireza a posição de Cid Benjamim (que se autodefiniria como centro esquerda, dentro do espectro político do PT) e incorretamente a de Sidney Lianza (que se alinharia com os parlamentares estaduais do Rio).

A referida autodefinição de Cid nós a desconhecemos e consideramos superficial da forma como é colocada no artigo.

Quanto ao comp. Sidney, na última plenária estadual do PT/RJ fez parte de uma articulação diferente da dos parlamentares, e, ao contrário destes, tem uma participação efetiva na vida partidária. Além disso, nenhum documento ou proposta política foi apresentada até agora, pelo menos no âmbito do PT/RJ, conjuntamente por Sidney e os parlamentares.

Joaquim Soriano

Gilson reprime grevistas



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

Diadema, 02 de Agosto de 1983.

Gabinete do Prefeito

CIRCULAR GP. 13/83.

Senhores Funcionários e Servidores,

Comunicamos a todos os funcionários e servidores que se ausentaram durante o expediente desta Prefeitura, no dia 21 de Julho próximo passado, de vido ao movimento grevista ocorrido naquela data, que as horas devidas deverão ser compensadas em datas e horários à critério de cada Departamento.

Os funcionários e servidores que não cumprirem a compensação, sofrerão os descontos previstos em lei.

Atenciosamente,

GILSON MENDES
Prefeito Municipal

Alguns, dentro dos "113" fizeram a greve com ousadia; outros, apenas toleraram-na. Mas houve quem a reprimissem claramente: o prefeito de Diadema, há meses em guerra declarada com o partido. Apesar disso tudo, Gilson é um dos sinatários do "Manifesto dos 113".



Companheiros,

Com esta pequena nota gostaríamos de fazer um reparo ao artigo "Diretório Nacional — Alguns avanços e um impasse político", publicado na última edição de nosso jornal.

Para demonstrar que na eleição dos novos membros da Executiva Nacional do PT não houve exclusões ideológicas —

Manobra criminosa para quebrar o ascenso do movimento

Mas os sindicalistas autênticos resistem e continuam confirmando a realização do congresso máximo dos trabalhadores brasileiros para os dias 26, 27 e 28 de agosto.

Por Elvira Oliveira, Regis Moraes e Luci Ayala

Com menos de dez dias para a abertura do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, no fechamento dessa edição, as condições de realização do Conclat ainda são confusas. Um novo capítulo da história de golpes e manobras que não vacila em jogar na divisão, novamente puxada por pelegos notórios, pelegos reformados e seus acompanhantes, os sindicalistas do Partido Comunista Brasileiro.

Até junho de 83 a alegação para a não realização do Conclat era a falta de infraestrutura. Mas mesmo sem usar os recursos próprios do movimento sindical, que não precisou de subsídios para a realização do I Conclat na Praia Grande, o problema foi solucionado pelo oferecimento de Leonel Brizola de sediar o Conclat no Rio, pelo trabalho de sindicalistas de São Paulo que negociaram com Montoro a realização do Congresso na capital ou em São Bernardo.

De falta de infra-estrutura passou-se ao argumento mais espinhoso da falta de representatividade, com a Contag condicionando sua participação ao momento em

que a maioria dos quase cinco mil sindicatos do país participassem. Não faltou a intervenção do arqui-pelego Ari Campista, da CNTI, denunciando a infiltração de "organizações estrangeiras", que estariam financiando "correntes divisionistas" no movimento. Esse senhorão nacionalista propunha o adiamento do Conclat e sua realização em outubro, junto com o Congresso da CNTI, é claro.

Os motivos reais encobertos

Com a realização da maioria dos Enclats o quadro do movimento sindical que se expressaria no Conclat já estava traçado em linhas gerais: pelo avanço da luta dos trabalhadores, sem pactos, na greve geral; pela fundação da Central Única dos Trabalhadores. Dispondo de excelentes fontes de informação, contanto na ponta do lápis a composição dos delegados que não era favorável aos acordos e pactos, a situação sugeria prudência, marcha a ré, golpes se necessário.

O aparente pomo da discordia foi o

artigo 8º do regimento do Conclat que regula a participação das Associações profissionais e das oposições sindicais. Estas podem participar convocando assembleia para a tirada de delegados onde as direções se recusem a fazê-lo. Um ataque aos sindicatos de carimbo, aos pelegos notórios, inadmissível para o sr. Ari Campista e para as bases das federações. Joaquinão ameaça retirar o sindicato dos metalúrgicos, no que é secundado pelos sindicalistas do PC.

No dia 11 de agosto, em uma das tantas "reuniões preparatórias" para o Conclat, onde participavam 5 confederações, 14 federações e 70 sindicatos, os que propunham a supressão do artigo 8º defendem a convocação da Comissão Pró-CUT e o adiamento do Conclat para reformulações no seu regimento interno. Discordando da proposta setores combativos retiraram-se da reunião, que prossegue com as Confederações e Federações, Joaquinão, sindicalistas do PC, PC do B e alguns independentes do PMDB.

No dia 14, domingo, uma reunião

desfalcada da Pró-CUT decide adiar por um dois meses o Conclat e rediscutir o artigo 8º. Uma decisão que no entanto não chegou a secretaria de organização do Congresso que continua confirmando sua realização para a data prevista — 26, 27 e 28 de agosto — no centro de Convenções Vera Cruz, em São Bernardo do Campo.

A decisão, até dia 16, não tinha sido aceita pela Pró-CUT de S. Paulo que, por maioria de votos decidiu manter a convocação do Conclat, assim como a executiva da CET — Central Estadual dos Trabalhadores — do Rio Grande do Sul.

A própria auto-exclusão de Joaquinão e de setores do PCB é incerta, com sindicalistas do PC confirmando sua presença. No entanto a confusão do meio de campo já foi formada como é o caso de Minas, onde o Enclat decidiu, por maioria de votos, aceitar a proposta de adiamento do Conclat.

Prossiguem as reuniões e novas informações surgem a cada hora. O terreno é movediço e, sem dúvida, só se tornará claro no próprio Conclat.

Não aceitar a chantagem e a cilada da divisão

Acionado por Paulínia e São Bernardo, o movimento operário encontrou as possibilidades de superar os impasses vividos no último período: a unificação das lutas permitiria superar as reivindicações econômico-corporativas, dirigir a força dos trabalhadores diretamente contra o governo e a sua política, fazendo a greve geral, realizando a unificação da classe. A realização do Conclat no quadro unitário formado na greve do dia 21 ampliaria as forças em luta, consolidaria as conquistas deste dia, daria um salto gigantesco com a fundação da CUT e a preparação de uma ofensiva mais ampla contra a ditadura.

E é este avanço que não interessa ao bloco formado pelos pelegos da linha Joaquinão e pelo PC. Eles não podem permitir o avanço da luta dos trabalhadores, enfrentando-se com a ditadura e os patrões. Seu projeto é bem outro: controlar o movimento sindical, enquadrá-lo com a ajuda das Federações e Confederações (isto é, mantendo o fundamental da estrutura sindical corporativa e burocrática), e a partir daí submetê-lo a um "pacto social" com os patrões e o regime. Neste "pacto", os trabalhadores aceitarão pagar os custos da crise da economia, em troca do prosseguimento da "abertura" política, incluindo no estreito círculo do poder setores da oposição burguesa, e da concessão da legalização do PCB — que, afinal, não incomoda nada.

O momento exige toda a concentração de forças no sentido de tornar a Conclat o fórum mais amplo e representativo para impulsionar o avanço da luta operária

Não é por uma divergência sobre o artigo 8º que o bloco pelegos-reformistas está tentando adiar o Conclat, mas sim por querer evitar um avanço decisivo na destruição da estrutura sindical atrelada e corporativa, e um salto na unificação e nas lutas dos trabalhadores. Este bloco não quer aceitar nada que torne mais difícil sua acomodação com a burguesia e a ditadura.

É possível tirarmos desta constatação irrecusável a idéia de que temos de festejar o afastamento destes senhores, e acharmos muito melhor a realização de um Conclat apenas com os setores mais combativos?

A divisão não interessa

De modo algum. A divisão interessa aos que querem enfraquecer o movimento operário, não aos que buscam o seu fortalecimento. Aliás, é por terem interesse na divisão que os pelegos e reformistas procuram forçá-la. Divididos, os trabalhadores enfrentam os patrões numa situação muito mais desfavorável. Esta é uma antiga lição aprendida pelo movimento operário, muitas vezes confirmada, inclusive no último dia 21: a unidade imposta pelos setores

combativos a uma boa parte dos pelegos foi um fator importante da vitória.

Além deste fato fundamental a divisão interessa a eles (os pelegos e agentes da burguesia em geral), e não a nós — temos de ser extremamente cuidadosos na avaliação das relações de força reais no movimento sindical em seu conjunto, na avaliação das bases de sustentação dos combativos.

A situação do movimento exige a construção da Central Única dos Trabalhadores, com um plano de implantação com base em organismos municipais, regionais e estaduais, a exemplo da CET — Central Estadual dos Trabalhadores — fundada no último CECLAT gaúcho. Exige mais ainda a aprovação de um plano de lutas para este semestre, que dê continuidade ao movimento do dia 21 e coloque os trabalhadores com uma alternativa própria diante dos planos da ditadura e dos diversos setores da burguesia. Este plano deve se apoiar nas campanhas salariais que se realizarão no segundo semestre, já sofrendo os efeitos do decreto 2045. O movimento exige tudo isto, e os pelegos se colocam contra, e procuram chantagear os trabalhadores combativos, realizando a divisão.

Evitar o recuo e a divisão

Não podemos cair no jogo dos pelegos. Não podemos, em primeiro lugar, aceitar sua chantagem, deixar que os avanços dos trabalhadores dependam da benevolência daqueles que defendem os interesses dos patrões no interior do movimento operário. Mas não podemos tampouco cair na cilada da divisão. Uma Central Única tem de contar com as forças mais representativas e significativas do movimento sindical.

Temos portanto que manter a luta para que o Conclat se realize da forma mais representativa possível, reunindo o conjunto das forças reais do movimento sindical, denunciando as manobras dos pelegos, pressionando-os através das bases das categorias, não lhes deixando sossego.

Não temos ainda o quadro claro de como se realizará o Conclat. Mas de modo geral, no Conclat e depois dele, temos de manter esta orientação: avançar nas propostas de luta dirigidas ao conjunto do movimento e pressionando os setores pelegos, como foi feito no dia 21; avançar na organização intersindical dos trabalhadores, procurando sempre fechar o espaço para as manobras de divisão, construindo com firmeza uma Central Única dos Trabalhadores.

As três fases da luta operária

maio de 78 a maio de 80 Arrebentando as correntes

Das greves espontâneas às paralisações por categoria: da fábrica às ruas. A construção do PT e o aprendizado da grande greve de 41 dias em São Bernardo.

Quando no dia 12 de março de 1978, os trabalhadores da Saab-Scania em São Bernardo param as máquinas e cruzam os braços iniciam um novo período no movimento operário e na luta política no Brasil. A greve estendeu-se às fábricas vizinhas e, em menos de dez dias, mais de 30 mil trabalhadores paralisaram suas atividades em São Bernardo do Campo, ampliando-se para as cidades do ABC.

As greves por fábrica, sem piquetes sucedem as greves por categorias que, uma após outra, cidade após cidade, em todos os estados, mudam o quadro do movimento sindical, sacodem o país de alto a baixo, num ascenso que vai até o final de 1979.

As marcas desse processo são a espontaneidade, a combatividade de suas direções, muitas surgidas por fora e atropelando os sindicatos, e o seu isolamento. As greves por categoria, mesmo coincidindo no tempo e no espaço, não se articulavam em comandos unificados e ações conjuntas. Os patrões e o governo, pegos de surpresa, num primeiro momento, cedem às reivindicações.

Em 1979 os trabalhadores já enfrentaram os patrões e um governo muito mais duros nas negociações, na violência. Intervenção nos sindicatos cassações de suas diretorias. O ano

termina com três operários assassina- tos durante as greves.

A greve nacional dos bancários foi a primeira prova de que as mobilizações dos trabalhadores exigia passar por cima dos limites das categorias, das greves isoladas. Isso veto a se confirmar de forma dramática na grande greve metalúrgica do ABC, em 1980. Foram 41 dias de luta que mobilizou a solidariedade nacional em todas as regiões do país; realizou a maior concentração de massas da história recente, com mais de cem mil pessoas em passeata no 1º de maio em São Bernardo. Mas foi uma greve derrotada. Uma repressão colossal da ditadura foi usada contra essa greve cuja reivindicação central — estabilidade no emprego — punha os trabalhadores em confronto direto com a política econômica do governo.

A greve de 80 encerra o ciclo das greves espontâneas, por categoria. Para avançarem em suas lutas os trabalhadores precisariam unificá-las em uma greve geral. Para conquistarem vitórias significativas precisavam ultrapassar os limites da negociação patronal e enfrentar diretamente o governo e sua política econômica e social. Para obter eficácia em sua organização precisavam construir organismos unificadores nacionais e regionais.

Construindo as Inter-sindicais

Essas questões já tinham sido colocadas pelo setor avançado do movimento sindical: o Congresso dos metalúrgicos de São Bernardo, no final de 78, aprovava uma resolução sobre a necessidade de combater à CLT e a estrutura sindical corporativa — o AI-5 dos trabalhadores. Propunham o aprofundamento da organização nas bases, através das comissões de fábrica, e a construção da Central Única dos Trabalhadores.

A divisão entre notórios pelegos e os que se punham a frente das lutas das categorias começava-se a expres-

sar nas tentativas de articulações inter-sindicais.

Reformando os pelegos

O PCB, que namora os novos sindicalistas autênticos, vai afastando-se na medida em que estes vão definindo uma política de combate à estrutura sindical de independência política. O afastamento aprofundou-se na medida em que este setor propõe e articula a criação do Partido dos Trabalhadores.

O PCB passa a apostar na reformulação de antigos pelegos tipo Joaquinão e na estruturação nacional do movimento pelo caminho em que se

sente mais a vontade: o jogo de aparelhos, o reforço à estrutura sindical, o que lhe permite um maior controle sobre o movimento e a implementação de sua linha de conciliação de classe. As inter-sindicais vão sendo hegemônicas pelos pelegos e reformistas nas chamadas Unidades Sindicais; os setores combativos não deixam claro sua participação nesses organismos, não disputam claramente o espaço. Por seu turno, organizam encontros como o ENTOES, o de João Monlevade e Taboão da Serra, vindo a desembocar na formação da ANAMPOS.

A greve do ABC encontra as Inter-sindicais divididas e paralisadas.

Maio de 80 a julho de 83 Em busca da unidade

A resistência operária ao desemprego e do arrocho. A realização da Conclat e o impasse das inter-sindicais.

A necessidade de superar as dinâmicas de lutas econômicas isoladas por categoria o período de impasses em que o movimento se debateu desde a greve do ABC. Não foi um período sem lutas; as greves por categoria continuaram, quase todas derrotadas; as greves por fábricas se multiplicaram, atomizadas, impotentes.

A realização do Conclat, em agosto de 1981, com a participação de mais de cinco mil delegados e 1200 entidades sindicais, mostra a vitalidade do movimento. Formula um programa unificado para o movimento sindical; levanta a bandeira da greve geral e propõe a fundação da Central Única dos Trabalhadores.

Mas, apesar dessas resoluções, a Conclat não aprovou um plano que garantisse avanços na construção da CUT. Com isso, a Comissão Nacional Pró-CUT eita fica ao sabor das tensões de suas correntes internas. A corrente "Unidade Sindical" aposta na construção da organização por dentro da estrutura sindical. Minoritários na pró-CUT nacional os setores combativos mantêm uma posição insegura e descontinua, pouco trabalhando para garantir as decisões da Conclat.

Assim, a maioria da Pró-CUT

consegue adiar a realização do Conclat em 82, sem enfrentar uma resistência sistemática do conjunto do setor combativo. Pelegos e reformistas dão a tônica da reformulação da Pró-CUT nacional, fazendo letra morta das deliberações da Conclat, introduzindo confederações e federações nacionais como membros natos do organismo. Em nome da "unidade" do movimento, recusam-se a fazê-lo avançar, plantando as sementes da divisão.

A postura dos autênticos é de vacilação: num primeiro momento recusam-se a adiar o Conclat; tentam uma reação à partir dos Enclats do Rio Grande do Sul, Goiás, Espírito Santo e São Paulo. Conclamam uma reunião na data prevista para o Conclat já adiado mas resolvem participar da reunião nacional da Pró-CUT auto-reformada. Retiram-se da reunião e lançam o documento "Aos trabalhadores da Cidade e de Campo", onde propõe uma articulação alternativa à Pró-CUT reformada para garantir o Conclat ainda em 82. Logo após, voltam atrás, participando do organismo reformado.

Em uma conjuntura de crise e de crescimento acelerado do desemprego, de inflação e de rebaixamento dos salários, a classe operária resiste, luta e tateia o caminho para avançar. As greves por fábrica, agora pressionadas pelo desemprego, esbarram na parede intransponível da repressão. As inter-sindicais ainda divididas e paralisadas.

É por fora dos organismos sindicais que arrombam-se as portas do terceiro período de lutas. Os saques e quebra-quebras dos desempregados em Santo Amaro se alastram, paralisam São Paulo, fazem tremer as classes dominantes e ganham repercussão internacional.

Pressionado, o polo combativo do sindicalismo vai a luta. As greves de Paulínia e São Bernardo, contra a política econômica do governo, força as inter-sindicais, abrindo a possibilidade de um novo período de ascenso.

Julho 1983 Rumo à greve geral e à CUT

O ensaio do dia 21 abre possibilidades de um ascenso mais profundo e mais politizado. Um período que acelera ao máximo a luta pelos destinos da classe trabalhadora, pensada entre a rendição e o enfrentamento à ditadura.

O período aberto pela greve de 21 de julho tem características fundamentalmente diferentes das lutas operárias anteriores. A iniciativa de Paulínia/S. Bernardo conseguiu fazer sair do papel a proposta de greve geral e impulsionou uma unidade de ação que superava os marcos do apolitismo e conservadorismo da estrutura sindical.

A greve mostrava também a importância, para seu sucesso, de um comando minimamente unificado, impulsionando a paralisação de setores proletários isolados, inexperientes, submetidos a décadas de paralisia e peleguismo.

Em julho/83 se realizou um movimento político e com razoável grau de generalização e unificação. Foi, contudo, o ensaio do que deveria ser uma greve efetivamente nacional. E, nesse sentido, fica mais claro as tarefas do período que se abre: consolidar e



aprofundar uma greve generalizada e política, aliada à constituição de organismos unificadores que superem o corporativismo sindical.

Contudo, a avaliação desse período não poderia ser feita sem levar em conta, igualmente, a política de adequação da burguesia e da ditadura às mudanças de conjuntura. Logo após o dia 21, depois de uma exemplar repressão sobre os grevistas, depois de cinco intervenções em sindicatos, o Ministro do Trabalho acompanha o "líder" de uma greve política numa audiência com o Presidente da República em exercício. Ao mesmo tempo, o presidente da Federação dos Metalúrgicos paulistas, declara que os trabalhadores estariam dispostos a sacrifícios se fossem ouvidos e se o governo encampasse a tese da moratória da dívida.

O risco de se ter, como resultado de uma greve, o aval para uma negocia-

ção com um interlocutor validado por essa própria greve, continua existindo. E só pode ser conormado por uma posição ao mesmo tempo exigente, (que aprofunde a próxima greve geral) e hábil para não facilitar a política de isolamento que o peleguismo procura impor ao sindicalismo autêntico, não apenas diante das direções (que já tem, na sua maioria, a "cabeça feita") mas também diante de setores da massa menos acostumados à luta e menos politizados.

É nesse quadro que Joaquinão e sua turma, com destaque para as posições do Partido Comunista, articulam o adiamento do Conclat. Novamente recuam e tentam golpear os trabalhadores num momento de ascenso de lutas, buscando de todas as formas impedir a construção da CUT. Tramam canalizar a greve para um acordo com a ditadura e a mobilização de massas para dentro do que há de mais atrasado na estrutura sindical.

Paulo Renato Paim

O Conclat tem que sair

Quando a unidade e o avanço do movimento sindical brasileiro pareciam garantidos com o ensaio de greve geral dia 21, começou de novo a boataria. EM TEMPO foi ouvir Paulo Renato Paim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Coordenador da Central Estadual de Trabalhadores, logo após reunião que definiu a posição do Rio Grande do Sul, realizada antes da reunião da pró-CUT nacional no dia 14 de julho.

Por Paulo Cezar da Rosa.

Qual a posição da Central Estadual de Trabalhadores diante das novas ameaças de divisão do movimento sindical e de não realização do Conclat?

Paim — A nossa posição é clara. Reafirmamos mais uma vez o Conclat 83 nas datas previstas e mantemos a defesa de todas as propostas tiradas no Enclat. A Central Estadual de Trabalhadores, diante das informações de impossibilidade de realização do Conclat devido a divisão de entendimento do regimento interno reafirma inclusive uma participação ainda mais massiva do movimento sindical gaúcho. O que estão levantando com relação ao artigo 8 do regimento são picuinhas de pessoas que na verdade não querem que o Conclat saia. Como essas pessoas não tem peito de justificar essas posições ficam levantando esse tipo de coisa. E se algumas delas estão dizendo que o congresso dos metalúrgicos condicionou a participação da categoria no Conclat em função deste artigo eu já adianto que isso é mentira. Em nenhuma momento os metalúrgicos condicionaram a sua participação no Conclat e sim reafirmaram a participação. No congresso o que houve foi que as federações e sindicatos foram tirados para discutir com a Pró-CUT no sentido de evitar a dupla representação. E com isso nós concordamos. Aliás, eu não



Paim: coordenador da CET gaúcha

encontrei ninguém no movimento sindical até agora que tenha defendido dupla representação. E duvido que alguém tenha encontrado. Então a posição foi essa e no congresso metalúrgico não apareceu ninguém que tenha se posicionado contra a realização do Conclat em agosto porque para fazer isso tinha que ser muito homem e mesmo assim ia levar pau. Não de mim, mas de toda a categoria metalúrgica presente ao congresso que a uma só voz estava a favor do Conclat.

Isso quer dizer que o Conclat se realiza. Mas e a CUT? Sai ou não sai?

Paim — Eu tenho certeza que a CUT sai no Conclat com uma diretoria provisória de um ou dois anos. Neste momento de crise em que o governo mais se articula e aumenta o grau de exploração de classe trabalhadora a CUT é uma exigência que não pode ser deixada para depois. Ela é fundamental para dar uma direção política unitária as nossas lutas. E a CUT tem de sair representativa do conjunto do movimento sindical, unitária, com uma prática democrática como é a prática do trabalhador.

E a questão da greve geral? O Conclat aprova?

Paim — Eu acho que o Conclat aprova a greve geral. Só o 2045 é um motivo mais do que sério pra uma greve geral nacional. Todo mundo está dizendo que o 2045 fixou os reajustes em 80% do INPC. Mas isso não é verdade. O que o decreto diz é que os reajustes serão de até 80% do INPC. Então as empresas que quiserem podem não dar reajuste nenhum e isso quer dizer que nós perdemos o semestral e que nosso salários estão sendo congelados. Antes já tinha muita empresa fazendo isso de forma arbitrária. Agora que o governo legalizou a arbitrariedade todo mundo vai querer fazer. Por isso eu acho que o Conclat aprova a greve geral.

Enclat MG

Apoio ao divisionismo

Um golpe de mão na Pró-CUT mineira garantiu um Enclat sob o controle dos pelegos e seus aliados: os militantes do jornal Hora do Povo, Voz da Unidade e Tribuna.

De Sucursal

Sem esperar nenhuma decisão nacional o Enclat de Minas Gerais já ocorreu sob a "síndrome do artigo 8º", ou seja, antecipando as posições dos reformistas e pelegos a nível nacional, foi suprimido o direito das bases convocarem assembleias para escolha dos delegados quando as diretorias se recusarem a fazê-lo. Além disso foram modificados os critérios de tirada de delegados de forma a assegurar que as diretorias tenham mais representantes que as bases.

Isso foi possível devido a um golpe de mão efetuado pelas Federações, sindicatos com diretorias pelegas e reformistas

que, passando por cima da Pró-CUT estadual chamou a si a organização do Enclat.

Com uma maioria de plenário sob controle, o chamado Movimento Sindical Mineiro, bloqueou a entrada de delegados eleitos pelos critérios nacionais e fez aprovar, por 203 votos a 176, posição favorável ao adiamento da Conclat, que ainda estava sendo discutido em São Paulo, em reunião da Pró-CUT desfalcada. O apoio à reunião dos dias 21 e 22 em Brasília, que pelegos, militantes do PC e do PCdoB, defendem como substitutiva ao Conclat foi apro-

vada. Os tribuneiros, inclusive, a consideravam como um fórum mais amplo do que o Conclat para a marcação da data da próxima greve geral.

A nova direção sindical eleita, com abstenção dos sindicatos do PT, denominada "Comissão Coordenadora" indica com clareza os dois campos em que se divide o movimento sindical no estado: são 38 entidades, das quais 12 representam as subregiões do interior, com uma vaga para sindicato urbano e outra para rural. As demais são compostas por 6 federações, 18 sindicatos e 2 associações profissionais.

Saiu a Perspectiva Internacional n.º 6

Editorial	Tirem as mãos da Nicarágua — <i>Secretariado Unificado da Quarta Internacional</i>
Brasil	Elementos da política marxista hoje. Para uma discussão entre os comunistas revolucionários — <i>João Machado</i> . Documento: Por uma frente dos comunistas revolucionários — <i>Organização Comunista Democracia Proletária</i>
Inglaterra	A derrota do Partido Trabalhista — <i>Brian Grogan</i>
França	Protestos contra a política de austeridade de Mitterrand — <i>Entrevista com um dirigente da Liga Comunista Revolucionária</i>
Argentina	O naufrágio dos generais — <i>Juan Robles</i>
Uruguai	Balanço do 1.º de maio — <i>Partido Socialista dos Trabalhadores</i> . Contribuição para a compreensão da conjuntura — <i>Luis Sanguinet</i>
Dossiê URSS:	A interpretação do estalinismo por Trotsky — <i>Perry Anderson</i> . Viagem ao centro da dissidência — <i>Vera Lilienstein</i> . Elementos para um balanço econômico da era Brejnev — <i>Natasha Brink</i>
Solidariedade	Liberdade para os presos políticos paraguaios

PT urgente

Reforçamos deliberação do movimento sindical acerca da realização do Conclat nos dias 26, 27 e 28 de agosto no Centro de Convenções Vera Cruz, localizado na avenida Lucas Nogueira Garcez, centro, São Bernardo do Campo. A realização do Conclat na data prevista reforça a luta contra o decreto-lei 2.045, contra a intervenção nos sindicatos e outras lutas. Qualquer tentativa de eleger outro foro (como a reunião de Brasília nos dias 20 e 21) deve ser ignorada por todos que respeitam a democracia e a unidade no movimento sindical. Qualquer informação deve ser procurada na secretaria do Conclat, no Sindicato dos Químicos, rua Tamandaré 348, bairro da Liberdade, São Paulo, fones (011) 279-3197 e 279-3811.

Olívio Dutra
Presidente da comissão sindical do PT

Pelegos perdem nas bases

Com uma composição basicamente de sindicatos rurais o Ceclat do Piauí aprova apoio a formação da CUT

No Ceclat do Piauí repetiu-se, como era de se esperar, a aliança entre a pelegada e os militantes do jornal *Tribuna da Luta Operária*, unidos contra a fundação da CUT no Conclat. O Congresso, que foi o evento sindical mais representativo ocorrido no estado nos últimos anos, reuniu 180 delegados, dos quais 131 rurais, representando 36 sindicatos; 49 delegados urbanos, representando 6 sindicatos e 2 representações de base onde os sindicatos recusaram-se a tirar delegados.

Os tribuneiros, argumentando que o Piauí não poderia decidir pelo resto do país, que a criação da CUT agora seria uma precipitação e que a CUT já existia através da CONTAG e das Inter-sindicais, viram suas propostas derrotadas junto com as posições de seu aliado, José Francisco.

No final, foram aprovadas bandeiras de luta em torno das eleições diretas para presidente da república, Assembléia Constituinte, Reforma Agrária, o fim da Lei de Segurança Nacional e do acordo com o FMI. Os representantes indicados para compor a representação do Piauí na CUT, refletem a composição do plenário: três quartos para os setores combativos (do Correspondente em Terezina).

Eleições dos metalúrgicos do RIO Por onde avançar

Da sucursal

No dia 15 de novembro, ocorrerão as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, Caxias e Nova Iguaçu. Uma base de aproximadamente 200 mil trabalhadores, o segundo maior sindicato de metalúrgicos do Brasil e da América Latina.

Há alguns dias das eleições, duas ou três chapas estão sendo articuladas: uma, fruto de uma composição entre um setor da atual diretoria (pelegos e apoiadores do jornal Voz da Unidade) e militante do PT; outra, resultado da articulação de um setor da atual diretoria (prestistas) com militantes do PT e, talvez, um setor pelego com ligações com os interventores de 1973; e, talvez, uma terceira, composta por um outro setor pelego da diretoria e apoiadores do jornal Hora do Povo.

Em 1977, a chapa de oposição encabeçada por Pimentel e composta por pelegos, reformistas e militantes católicos e apoiada por correntes de esquerda que, anos mais tarde, viriam a entrar para o PT, derrotou a chapa dos interventores de 1973. A época, esta vitória significou um passo muito importante do movimento de oposição sindical.

E, efetivamente, de 1977 a 1979, a oposição sindical cresceu nas fábricas, controlou parcialmente comissões do Sindicato e acumulou o necessário para que, no bojo do ciclo grevista iniciado com as lutas do ABC, conseguisse liderar efetivamente a greve de seis dias em setembro de 1979, quando pararam, no primeiro dia, perto de 80% da categoria.

Não exageramos quanto ao papel de vanguarda da oposição durante a greve de 1979. Em seu processo de preparação, a oposição organizou e hegemonizou "comissões de áreas", efetivos órgão de base e de luta dos metalúrgicos, democráticos e funcionando sob o princípio de elegibilidade e revogabilidade, cujos representantes eleitos compuseram, junto às comissões de mobilização e salarial (eleitas em assembleias que chegaram a contar com a presença de 25.000 operários), o comando de greve. Além disso, proliferaram-se embriões de comissões de fábrica, destacando-se a comissão do estaleiro Caneco, que chegou a reunir 400 operários de vanguarda, a espinha dorsal da greve e dos piquetes.

Este quadro, contudo, começa a reverter-se após o término da greve, apenas parcialmente vitoriosa. A maioria dos ativistas de oposição despedidos; as comissões de fábrica e de áreas dissolvidas pela repressão ou pelo abatimento; a oposição desarticulada; o número de sindicalizados, que havia crescido enormemente durante a greve, começa a ser reduzido drasticamente sob o golpe das demissões massivas. Mais que isso, a inépcia do setor majoritário da diretoria passa a ser progressivamente substituída por uma ofensiva no sentido do fechamento do sindicato, ofensiva que acompanha a cristalização, a nível nacional, da corrente pelego-reformista que passou a se expressar através da chamada Unidade Sindical.

É na esteira da evolução deste novo quadro que ocorreram as eleições de 1980 para o sindicato, nas quais entraram quatro chapas: uma, de continuidade, composta por pelegos, agapistas e prestistas, outra, composta por militantes do PT que se destacaram na greve de 79; em particular nos estaleiros; outra ainda, composta por militantes do PT e independentes, com maioria de ativistas da Fiat; e, finalmente, uma chapa pura de atuais apoiadores do Voz da Unidade.

A vitória da chapa da situação por maioria absoluta dos votos deixou claro que, para além da influência dos fatos ocorridos após a greve, nem sempre uma chapa de oposição consegue sair vitoriosa mesmo que conte com um superior trabalho de base e com uma projeção como a que foi alcançada com a greve. Não foi levado em conta o reduzido quadro de sindicalizados (à época 15.000), entre os quais tinham peso decisivo aposen-

tados, funcionários de escritório, engenheiros, técnicos e operários de pequenas empresas que não se envolveram efetivamente na greve. Não levando este fato em consideração, as duas correntes de oposição ufanisticamente, se consideraram como vencedoras por antecipação, o que impediu a sua unificação.

Com a eleição da nova diretoria e a completa desestruturação das oposições após sua derrota (em parte devido às demissões em massas dos componentes das duas chapas), desenrolou-se um processo contínuo que vem dar no atual estado dramático do movimento metalúrgico da região.

O atual quadro e as eleições

O contraponto à paralisia do movimento metalúrgico do Rio é a absoluta superioridade da corrente pelego-reformista (hoje, esta corrente não se compõe como a de 1980, pois o Hora do Povo praticamente ficou reduzido a um grupelho, a maioria de seus ex-apoiadores entrou para o Voz da Unidade e os prestistas dela ficaram alijados) na correlação de forças com as correntes de oposição.

Para ilustrarmos tal afirmação, basta constatar o quadro de sindicalizados na região. Entre 12.000 sindicalizados com direito a voto, 4.000 são aposentados, quase 2.000 estão na GE (fábrica onde os pelegos tem absoluta hegemonia devido a um longo trabalho clientelístico), outros tantos se distribuem em fábricas e oficinas "de fundo de quintal" e o restante espalhados nas médias e grandes empresas. Nos estaleiros, onde se situa a parcela mais avançada da categoria, o número de votantes está reduzido a menos de um quarto do de 1980!

Das correntes de oposição, a única que manteve um trabalho constante (que inclui a reorganização de comissões de fábrica, a ocupação parcial de espaços no Sindicato, o esforço de paralisação no dia 21 que culminou na greve do estaleiro Ishigawagima etc) foi a dos ativistas que articulam uma chapa de composição com os pelegos e os apoiadores do jornal Voz da Unidade.

Quanto às demais, muitas naufragaram no sectarismo; outras sucumbiram no bojo da crise que afetou inúmeras tendências políticas; além daquelas que, passivas e omissas durante estes últimos três anos, tentam agora lançar uma chapa de "oposição".

A vitória nas eleições de 1983 de uma chapa de oposição pura é, pois, praticamente impossível. Tanto o é que aqueles que pretendem lançar uma chapa de oposição procuram uma composição com setores "descontentes" dos pelegos. E, mesmo assim, apenas para "marcar posição". Naturalmente, não podemos estar contentes com mais uma divisão da oposição neste momento crucial do movimento sindical. O correto teria sido, sem dúvida, a unificação da oposição para que, numa composição com o setor (hegemônico) dos pelegos e dos reformistas, a correlação de forças ficasse mais favorável à oposição.

Mas os companheiros que agora procuram lançar uma chapa de "oposição" não compreenderam a importância de, na impossibilidade de se quebrar o poder pelego-reformista por fora, ocupar um espaço no sindicato, avançar na sua democratização e no trabalho de organização pela base. Assim, acumular forças para futuros embates, para quebrar por dentro do sindicato o poder de fogo do conservadorismo sindical.

É esta tática sindical que apoiamos. Nesta situação determinada. Não que não haja perigos. Caberá aos companheiros de oposição que estarão presentes na nova diretoria saber combinar esta posição com as mais absoluta independência político-sindical frente aos pelegos e reformistas. Só assim eles contribuirão, efetivamente, para o avanço do movimento sindical entre os metalúrgicos do Rio, Caxias e Nova Iguaçu e não transformarão esta tática adotada, absolutamente necessária dadas as condições objetivas em que se desenvolverão as eleições, numa simples rendição.

Santa Catarina Jornalistas na oposição

Depois do Sindicato dos Jornalistas do R.G. Sul, agora a oposição se prepara para conquistar o de S. Catarina. As eleições serão em maio/84, mas a oposição já se organiza.

Realizando vários encontros municipais e estaduais, editando boletins periódicos, o Movimento se prepara para conquistar o sindicato que tem hoje duzentos associados, numa categoria de dois mil profissionais e cuja última "promoção" foi... uma placa de bronze em homenagem ao ex-governador e atual senador pelo PDS, Jorge Bornhausen. Quanto às eleições, sindicalização, deliberações da diretoria e coisas assim, a diretoria do sindicato se esforça para fazer esquecer que a entidade exista.



Metalúrgicos de Volta Redonda Manobras contra a oposição

Depois de derrotar por três vezes a pelegada, a chapa de oposição liderada por Juarez Antunes ainda não conseguiu ser empossada. Por uma manobra jurídica — um mandato de segurança que pedia a impugnação do processo eleitoral — a posse da nova diretoria, marcada para o dia 10 de agosto, foi suspensa à última hora. Em seguida, o delegado do Ministério do Trabalho nomeou uma junta governativa prometendo que nesta semana a chapa vitoriosa seria empossada.

A manobra de última hora tem o sentido de confundir os trabalhadores,

procurando abater o que foi uma grande vitória e dificultando a continuidade da luta pelas reivindicações já que há um dissídio instaurado.

Só a mobilização dos metalúrgicos, a exemplo do que ocorreu para a garantia de eleições limpas, pode garantir a posse da diretoria eleita e a retomada das reivindicações. O Ministério do Trabalho com suas promessas de pouco vale, afinal foi este mesmo quem deu suporte por oito anos à pelegada que teima em resistir à vontade dos metalúrgicos de Volta Redonda.

Motoristas-R.G.Sul Sindicato em chammas

Por Paulo Cezar da Rosa

Othelo Oliveira da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nos Transportes Rodoviários do Rio Grande do Sul é pelego e dedo-duro. Há cerca de três anos, EM TEMPO fazia esta denúncia num furo de reportagem. E provava, publicando cópias dos ofícios enviados por Othelo ao DOPS dedurando membros da oposição e pedindo.

De lá para cá, a oposição, surgida na greve de 79, se consolidou. Em julho passado foi eleita para a diretoria do Sindicato com dois terços dos votos.

Pois no último dia 31, domingo, três horas da manhã, há poucos dias da posse da oposição, a sede do sindicato estava em chammas. Os bombeiros chegaram imedia-

tamente, mas nada puderam fazer senão impedir que o fogo se alastrasse para os prédios vizinhos do sindicato, localizado na zona central de Porto Alegre. Os curiosos e os moradores evacuados do edifício ao lado tinham uma opinião unânime: "Este incêndio foi provocado".

Nero pôs fogo em Roma num momento de desespero. Othelo, certamente, não se sentia muito diferente. Um estudo dos arquivos do Sindicato dos Trabalhadores nos Transportes Rodoviários teria uma dimensão maior do que incriminar Othelo e seus colegas de diretoria como corruptos e policiais. Permitiria conhecer como atuam os agentes da ditadura no movimento sindical.

Paraíba e Bahia Trabalhadores assassinados

No último dia 12, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, foi brutalmente assassinada com tiros à queima roupa de espingarda por dois pistoleiros. Margarida Maria Alves vinha já há algum tempo recebendo ameaças de morte pelo seu trabalho desenvolvido contra a situação dos trabalhadores dos engenhos da região, sem carteira assinada, sem receber o salário-mínimo, 13.º salário e férias remuneradas. Os dois homens que a mataram deviam ser pistoleiros a soldo de fazendeiros da região pois antes de matá-la perguntaram por seu nome, mostrando que não a conheciam.

Já na Bahia, no município de Canavieiras, registraram-se os assassinatos de Candido Oliveira, João Oliveira Santos, posseiros que estavam sendo pressionados para abandonar a terra em que trabalhavam. O trabalhador rural de apelido Zé Corisco ficou gravemente ferido.

De acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra, este ano já se registraram dezesseis assassinatos de trabalhadores rurais e posseiros. Além disso, continuam a crescer os conflitos no campo, este ano já em número de 246, a maioria exatamente na área controlada pelo Getat, órgão do governo pretendidamente criado para resolver os problemas fundiários.

Vale dos Sinos Sapateiros vão à greve

Por Paulo Cezar da Rosa.

"Eu acredito é na rapaziada". Esta frase, dita por um grevista do calçado de Campo de Bom, cidade do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, nunca esteve tão certa. Foram mais de cinco mil meninos e meninas numa categoria de 16 mil que partiram para a luta tendo de enfrentar uma diretoria do sindicato pelega, os patrões e a repressão.

Antes de 2045 estava tudo acertado para o fechamento de um acordo que daria um reajuste salarial de 70% aos sapateiros do município. Após o decreto, os patrões recuaram sua proposta para apenas 80% do INPC, sem aumento de produtividade. Mais de três mil compareceram à assembleia que decretou a greve. Greve legal, obviamente, pois do contrário nunca seria assumida pelo presidente do Sindicato Olívio Nunes e muito menos pelo presidente da Federação da categoria Edyr Inácio da Silva.

"São todos uns pelegos, estão mancomunados com os patrões e fazem de tudo para esfriar nosso movimento". Essa era a opinião dos grevistas a respeito de seus dirigentes sindicais já no segundo dia de luta. Olívio Nunes e Edyr Inácio só o que tinham feito até ali era tentar desmobilizar os sapateiros impedindo piquetes e mandando todos para casa.

Dirigidos por um comando de greve com uma média de idade de 16 anos, no entanto, a categoria começou a engrossar o movimento.

Com a adesão também cresceu a repressão. No segundo dia de greve houve algumas prisões, no terceiro 41, sendo que, destes, 19 eram menores e, dos 22 adultos, 12 eram sindicalizados. E não foram prisões "civilizadas". Houve pancadaria da grossa, para um dos membros do Comando de Greve, "estava pior que a segunda guerra mundial que a gente vê nos filmes". O que também era de esperar. Uma das fábricas mais atingidas pelo movimento foi a dos Calçados Strassburguer, propriedade do vice-governador do estado, Cláudio Strassburguer, cujo slogan é "você sabe onde pisa".

Para o fim do terceiro dia de luta estava marcada nova reunião de negociação. O acordo firmado não atendeu plenamente as principais reivindicações dos grevistas, mas significou um avanço com relação às propostas iniciais dos patrões. Com a greve, a rapaziada conseguiu, entre outras coisas, um reajuste, acumulado com aumento, de 60% para quem ganha de um a três salários e de 50% para quem ganha de três a sete, antecipação de 5% a partir de 1º de setembro para quem ganha até sete salários, antecipações de 30% em novembro de 83 e maio de 84 para quem ganha até sete salários; estabilidade de 60 dias para gestante; 40% de acréscimo para o trabalho aos sábados ao invés dos 25% fixados em lei e estabilidade no emprego para os dez membros que integraram a comissão de negociação durante o acordo.

4.º Conselho Nacional das Entidades de Base Sob o impacto da greve geral

Realizado logo após a greve do dia 21 de julho, o 4.º Coneb espelhou claramente as diferentes visões das correntes frente ao movimento operário. Nas decisões, a votação de um programa de lutas para o segundo semestre e a marcação do congresso da entidade.

Foi realizado em São Bernardo do Campo, de 28 a 31 de julho, o 4.º CONEB (Conselho Nacional de Entidades de Base) da UNE. Acontecendo uma semana depois das greves e mobilizações do dia 21, foi este fato que dividiu águas dentro do CONEB.

Nas discussões sobre a conjuntura nacional, polarizaram fundamentalmente duas posições. À direita, os simpatizantes do "Voz da Unidade", que, além de ignorarem a greve realizada no dia 21, propunham descaradamente a unidade em torno de um novo projeto econômico brasileiro, unidde que deveria incluir até mesmo setores do PDS. Isto é, defendiam claramente um "pacto social", com os trabalhadores aceitando as imposições fundamentais da burguesia.

À esquerda, ficaram a maioria das forças petistas (incluindo a tendência Caminhando, e excluindo a corrente do jornal "O Trabalho"). As intervenções dos petistas diziam claramente o que significara a greve geral, o marco que foi em nossa história a primeira greve generalizada e política desde o golpe de 1964, a perspectiva que apontou para o Conclat e a CUT 83, bem como a possibilidade de uma nova greve geral ainda neste semestre. Destacavam também como se desmascararam os "governos de oposição".

Os simpatizantes da "Tribuna Operária" defendiam o dia 21 e pareciam radicalizar. Mas evitavam cuidadosamente dizer a verdade sobre os governos de oposição, e se recusavam a defender a CUT 83. Já os simpatizantes do "O Trabalho" procuraram minimizar o dia 21, destacando mais na sua análise da conjuntura a greve geral dos bandeijões do ano passado, traida pela diretoria da UNE.

Contudo, as resoluções votadas não refletiram a polarização das discussões. O mais surpreendente é que as tendências Caminhando, Correnteza e Companheiro fecharam numa proposta única com os simpati-



zantes do jornal "Tribuna Operária" e os prestistas, sem colocar como eixo central a greve geral, sem repudiar a repressão dos "governos de oposição", sem defender a CUT 83. Foi a resolução vitoriosa.

Por outro lado, os apoiadores do "O Trabalho" se juntaram a uma resolução apresentada pelos colaboradores do EM TEMPO, Alicerce e pelos petistas que não se incluíam em nenhuma das tendências. A Voz da Unidade apresentou sozinha a sua resolução.

Lutas educacionais

Na discussão das lutas educacionais, a polarização foi distinta. Os petistas se uniram (inclusive com a tendência Caminhando), e apresentaram uma resolução que foi vitoriosa, defendendo quatro eixos de luta:

- contra a política econômica do governo;
- mais verbas para a educação, suplementação de verbas para as escolas federais;
- democratização da Universidade (eleições diretas para Reitor e paridade da representação dos professores, estudantes e funcionários nos órgãos colegiados);
- revogação da portaria do CONCINE, que acaba com a meia entrada estudantil nos cinemas.

Os simpatizantes da Tribuna e da Voz da Unidade apresenta-

ram uma resolução comum, sendo derrotados.

Houve debates sobre a tirada de delegados para o Seminário de Ensino conjunto da UNE, FASUBRA e ANDES, ficando resolvido que seriam eleitos nos estados. Houve duas propostas também sobre a data do Congresso da UNE, vencendo a da diretoria da UNE, de 23, 24 e 25 de outubro. O local definido foi São Paulo.

Paralelamente à realização do CONEB, uma reunião dos petistas aprovou uma carta para a Executiva Nacional do PT, pedindo a realização do 1.º Encontro Nacional dos Estudantes Petistas para antes do Congresso da UNE, com representação por núcleos, para contribuir para a unificação da oposição à diretoria da UNE e organizar o PT no movimento estudantil.

Em resumo, apesar de ter tido a sua importância, este 4.º CONEB foi bastante esvaziado. Além disso, mais uma vez foi marcado por muitas defesas retóricas de propostas em plenário, muita claqué, pouca participação dos representantes de base. Tentando evitar isso, os apoiadores do EM TEMPO apresentaram uma proposta de fazer a maior parte das discussões em grupos, com apenas apresentação e defesa das propostas em plenária. Mas esta proposta não foi aprovada.

Nota da edição

Na sua edição nº 218, "O Trabalho" acusa o EM TEMPO de caluniador, por termos dito na nossa edição nº 175 que o seu posicionamento nos dois jornais anteriores ao dia 21 de julho tinha sido claramente contra a greve marcada para aquele dia pela Comissão Nacional Pró-CUT e pelo conjunto do movimento sindical. O editor do "O Trabalho" enviou uma carta à Executiva Nacional do PT pedindo que fosse acionada a Comissão de Ética do partido para julgar se "O Trabalho" tinha sido fura-greve ou se o EM TEMPO é caluniador.

O EM TEMPO disse a pura verdade. E para prová-lo, não precisamos nem mesmo invocar o testemunho de numerosos militantes que ouviram de redatores ou colaboradores do "O Trabalho" a posição de que a greve do dia 21 era coisa de pelegos, etc. Não precisamos nem mesmo contar o que estavam fazendo os colaboradores do "O Trabalho" na preparação da greve marcada para o dia 21. Para provar a posição do EM TEMPO, basta lermos as duas edições que citamos de "O Trabalho", de números 207 a 208, que circularam imediatamente antes do dia 21. Desafiamos os redatores de "O Trabalho" a mostrarem uma única linha onde digam que apoiavam a greve do dia 21. Não é pedir demais uma única linha sobre o acontecimento central daquelas semanas. Mas os redatores do "O Trabalho" não poderão mostrar esta linha, porque não existe. Não há sequer a informação de que a greve do dia 21 tinha sido convocada pela Comissão Nacional pró-CUT, pela Comissão pró-CUT de São

Paulo, etc. Mas há, em compensação, e por diversas vezes, a afirmação de que a greve do dia 21 era coisa de pelegos, uma manobra do Joazeiro e do PCB, etc. o que era evidentemente um claro posicionamento contra a greve.

Infelizmente para os redatores do "O Trabalho", que não quiseram reconhecer honestamente o seu erro, a questão está muito clara para todos. Por isso mesmo, quando, distribuindo uma nota no CECLAT de São Paulo (e no CONEB da UNE) onde acusavam de caluniadores os que tinham mostrado que "O Trabalho" ficara contra a greve, lavaram vaias formidáveis, a ponto de não conseguirem falar. Suprema vergonha para a corrente de "O Trabalho", Clara Ant, em geral uma combativa e respeitada sindicalista, quase foi excluída da pró-CUT, pois muitos delegados diziam que a pró-CUT devia representar o dia 21, e neste caso sindicalistas que se tinham posicionado contra, como Arnaldo Gonçalves (que impediu a greve na Baixada Santista) e Clara Ant, não deviam participar. Afinal, o nome de Clara Ant foi aceito porque o bloco pelego-reformista exigia a participação de Arnaldo Gonçalves. Como Arnaldo afinal entrou, não havia porque não colocar também Clara Ant. Mas na votação da chapa diversos delegados se abstiveram, em protesto pela presença dos dois nomes.

Enfim, esperamos que "O Trabalho" não repita um erro tão monumental como o que cometeu no dia 21, e seja mais coerente com suas posições, em geral combativas.

Volta Redonda

União Municipal dos Secundaristas

Vence a oposição estudantil

Depois de uma acirrada disputa eleitoral entre duas chapas, Alicerce e Oposição Estudantil, esta última foi vitoriosa com quase 70% dos votos.

Composta por militantes do Partido dos Trabalhadores que se destacaram nas lutas recentes pelo passe estudantil e pela democratização da UMES, a chapa Oposição Estudantil apresentou um programa combativo de lutas e expressou o desejo dos

estudantes secundaristas em terem uma entidade na qual pudessem influir.

Após três anos de existência da UMES, sob a direção de Alicerce, onde esta tendência literalmente aparelhou a entidade, a ponto de assinar as suas notas, e a levou a um esvaziamento, o movimento secundarista retomou suas lutas. Foi este conjunto que formou a chapa de Oposição, e procurou alterar e

combater os métodos empregados pelos membros da chapa Alicerce. Assim, se procurou organizar os estudantes a partir dos colégios, fundar grêmios livres, impedir que o Alicerce continuasse a assinar as notas da UMES, etc.

Agora é botar em prática as propostas e o método de trabalho vitoriosos, assegurando uma autêntica democracia de base na UMES de Volta Redonda.

Planejamento familiar

Agora, a
desindexação
dos filhos

A crise econômica traz novamente à tona a discussão sobre o controle da natalidade. O governo já imagina como poderá dar emprego e assistência a todos os pobres que nascem anualmente no Brasil. Como sempre, as principais interessadas estão de fora: as mulheres.

Por Tetau Godinho e Marília Carvalho



O discurso do General Figueiredo na abertura dos trabalhos do Congresso, em março deste ano, trouxe novamente para o centro das atenções uma questão antiga: o controle da natalidade. Figueiredo apontava como um dos problemas do país as altas taxas de crescimento da população. Já em maio, o Ministério da Saúde tornava público um projeto sobre a "saúde da mulher" (veja ao lado) e até a Escola Superior de Guerra organizou um debate a respeito.

As declarações do porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, não deixam dúvidas quanto às razões políticas e econômicas que estão por trás das preocupações do governo. Segundo ele, "o país não tem recursos para criar novos empregos no ritmo em que a demanda requer. Além disso, tem que se pensar em termos de saúde pública, amparar e abrigar essa população, no custo previdenciário e na distribuição da renda".

Sob o título de planejamento familiar ou assistência à saúde da mulher, o que está em questão, do ponto de vista do governo, é sem dúvida um programa de controle da natalidade.

Não é por acaso, que o assunto entra em pauta num período de crise econômica e desemprego. Assim como não é improvável, como se tem levantado, que o controle da natalidade seja uma das exigências secretas do acordo com o Fundo Monetário Internacional — FMI.

O interesse dos países imperialistas no controle populacional dos países subdesenvolvidos pode ser medido pelo investimento nos programas de planejamento familiar. Segundo fonte citada por Carmen Barroso na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Crescimento Populacional, estima-se que mais de um bilhão de dólares sejam gastos anualmente no "planejamento familiar" nos países subdesenvolvidos. A maior parte desses recursos provém dos governos dos países capitalistas centrais e de instituições privadas.

A contracepção é, hoje, uma indústria controlada por poderes econômicos que não levam em conta os interesses e a saúde da população, e no caso específico, da mulher. Prevalcem os lucros das companhias farmacêuticas multinacionais, da rede hospitalar privada, da medicina de grupo e das instituições de planejamento familiar. Isto quando não entram em jogo as preocupações em "embranquecer" a população brasileira, diminuindo o número de nascimentos entre os negros.

Responsabilidade de quem?

Baseando-se numa análise correta dos interesses econômicos por trás dos programas de controle da natalidade, por um lado, e por outro, numa visão liberal-burguesa da família, a Igreja e setores da oposição burguesa vêm combatendo as propostas de intervenção do Estado na decisão sobre a gravidez.

Argumentar, simplesmente, sob este ponto de vista, que não cabe ao Estado participar de uma decisão privada da família é incorrer em três erros fundamentais. Em primeiro lugar, tal visão coloca a família como uma instituição à parte da sociedade, sem levar em conta seu papel na reprodução, organização e manutenção da força de trabalho, fartamente regulamentado já pelo Estado através do Código Civil, da proibição do aborto, etc. Aceita, em última instância, que cabe à família a responsabilidade não só pela reprodução, mas também pela educação, alimentação e saúde dos filhos.

Por outro lado, fecha os olhos às diferenças econômicas que obrigam

grande parte das mulheres a recorrer a métodos de contracepção sem qualquer assistência médica e sem nenhuma informação. E, finalmente, ao enfatizar a "paternidade responsável", a decisão "no seio da família", esquece que, afinal de contas, a barriga é nossa: quem engravida, pare e amamenta e na nossa sociedade capitalista, cuida das crianças, são as mulheres, casadas ou solteiras, com ou sem família.

A posição inversa, que corre no governo hoje disfarçada em títulos pomposos, se baseia na argumentação de que a pobreza do país tem como causa o alto índice de natalidade nas famílias de baixa renda. É a velha fórmula de acabar com a pobreza eliminando os pobres. Além de "desindexar" os salários, é preciso "desindexar" os filhos. No entanto, o censo de 80 acusa uma diminuição de 27% na taxa de crescimento demográfico, o que não correspondeu a nenhuma melhora no nosso nível de vida.

As duas posições se justificam pela

proposta de uma paternidade responsável, que sem maiores explicações, aparece como a resposta ideal. O depoimento da ministra da educação, Ester Figueiredo, na CPI do Senado, deixa claro o que isso significa. Segundo ela "a paternidade deve ser responsável, o que significa que nenhum homem tem o direito de gerar senão os filhos que possa em sã consciência, manter, cuidar e educar".

Num país onde 86% da população economicamente ativa recebe menos que três salários mínimos, com uma inflação de 150% ao ano, não resta a muita gente condições materiais de ter "sã consciência".

O planejamento que queremos

É mais do que evidente que queremos que o Estado se responsabilize pelo atendimento de saúde à mulher em todas as fases de sua vida (e não apenas enquanto pode procriar). Que coloque à disposição de todas as mulheres o conhecimento e acesso aos métodos de contracepção. Isto significa ampliar em número e qualidade os postos de saúde, capacitando-os para o atendimento ao homem e à mulher do ponto de vista sexual, a prevenção do câncer, as doenças sexualmente transmissíveis, os problemas da menopausa e de esterilidade.

No entanto, nenhuma campanha que facilite a opção por não ter filhos deve vir separada de um investimento em infraestrutura e equipamentos sociais que facilitem a opção por ter filhos. Planejamento familiar significa o direito de ter ou não ter filhos. E isso significa muito mais do que distribuição de pílulas ou aumento da esterilização (femininas, evidentemente).

Também significa muito mais do que defender uma política natalista, expressa no "direito à maternidade", como faz a **Tribuna da Luta Operária**. Lutar pelo "direito à maternidade" é reforçar o papel tradicional das mulheres e desconhecer que na nossa sociedade a maternidade é antes de mais nada um dever indispensável até para o reconhecimento social da mulher.

Planejamento familiar significa, antes de tudo, condições reais de opção que não existem numa conjuntura de repressão e exploração econômica, de racismo, onde o aborto é considerado crime; o atendimento de saúde é praticamente nulo; onde cabe essencialmente às mulheres o peso do cuidado com as crianças mas a mulher que não tem filhos é desprezada; e onde o salário deixa como única opção não ter nenhum filho.

O projeto do Ministério
Saúde sem verbas?

Com o nome de Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, o Ministério da Saúde elaborou em maio último, projeto que deverá, segundo seu próprio texto, "buscar unicamente a promoção da saúde do indivíduo, descartando-se definitivamente a ideologia segundo a qual as atividades de planejamento familiar no setor saúde poderiam representar papel de relevo no desenvolvimento econômico ou na correção das distorções sociais existentes".

Propõe um atendimento global à mulher dentro de sete objetivos que vão desde o atendimento pré-natal, ao parto, amamentação, prevenção de câncer e doenças sexuais, até difusão e implantação de métodos de controle da natalidade e a diminuição do número de abortos através da prevenção da gravidez indesejada.

Esterilização em massa

Enquanto projeto, enfatiza a necessidade de preservação do caráter integral do atendimento de saúde, recomendando que não se façam ações isoladas de planejamento familiar uma vez que tais ações relegam a segundo plano a questão da saúde. No entanto, sua estratégia de implantação, ao

estabelecer as condições básicas de material e pessoal para um funcionamento integral, não prevê qualquer reorientação ou dotação de verbas próprias e não especifica de que maneira os postos de atendimento poderão suprir estas necessidades.

Por outro lado, a execução do programa caberá fundamentalmente às secretarias de saúde estaduais e municipais, através dos postos e centros de saúde, cabendo ao ministério da Saúde a orientação e preparação de pessoal e a supervisão e controle do programa.

Na medida em que será desenvolvido efetivamente pelos postos de saúde, sem que fique estabelecido como poderão ser equipados para o atendimento, resta ao projeto a possibilidade de não passar de uma oficialização dos programas já existentes. Ou seja, abrem-se as portas oficiais para a consolidação de entidades como a BEMFAM (Sociedade do Bem-estar da Família) que já atua em convênio com vários governos estaduais. Abrem-se as portas para a oficialização de uma política que já esterilizou, muitas vezes sem o consentimento prévio, 33% das mulheres de Manaus, 17% das piauienses e 15% das mulheres paulistas.

Chile

Pinochet promove um banho de sangue

Por Virgínia Pinheiro

A quarta jornada de protesto realizada em Santiago do Chile no último dia 11 foi mais uma vitória das massas trabalhadoras contra a ditadura do general Augusto Pinochet. As manifestações como de hábito se concentraram no centro da cidade e nos bairros operários, com passeatas relâmpagos e confrontos entre trabalhadores e polícia. Aos gritos de "pão, trabalho, justiça e liberdade", os estudantes enfrentaram em vários locais o policiamento ostensivo de dezoito mil soldados que Pinochet pôs nas ruas. As 20 horas, as buzinas dos carros dispararam e o bater das painéis vazias fizeram ecoar um barulho ensurdecedor para a ditadura.

A violência assassina da ditadura de Pinochet fez 32 mortos e mais de cem feridos, entre trabalhadores, estudantes e até crianças. Foram filmadas cenas de carabineiros voltando os seus fuzis contra os manifestantes e atirando.

Dois dias antes, numa clara e ineficaz manobra para esvaziar o dia de protesto, o general presidente anunciou a formação de nova composição ministerial. A mudança mais importante foi a colocação de um civil no Ministério do Interior, Onofre Jarpa, ex-embaixador do Chile em Buenos Aires, homem de grande prestígio nas Forças Armadas chilenas pela condução que deu ao conflito sobre o canal de Beagle (quase levou a Argentina e o Chile à guerra). Onofre Jarpa substituiu o Gal. Enrique Montero que uma semana antes do dia de protesto já pedia para ser afastado.

O despertar do povo chileno

As manifestações de protesto contra a ditadura chilena recrudesceram a partir de dezembro de 1982 quando a crise econômica vivida pelo país começou a ficar alarmante: um terço da população economicamente ativa desempregada, mais de quatro mil empresas falidas desde o golpe de 1973, uma dívida externa acumulada de dezoito bilhões de dólares e redução da produção interna em mais de 13% somente no ano passado. As

Na quarta jornada de protesto, os carabineiros apontaram as armas para o povo e atiraram: 32 mortos e mais de cem feridos. Mas a obstinação do povo chileno impõe novos recuos e já faz estremecer o governo de Pinochet. Para os dez anos de aniversário do golpe que derrubou Allende, um novo e monumental protesto já está sendo organizado.

manifestações de dezembro, no entanto, caracterizaram-se mais por protestos relâmpagos duramente reprimidos. (duzentos mortos e mais de mil feridos).

Em abril deste ano, a Confederação dos Trabalhadores do Cobre, dirigida por Rodolfo Seguel começou a organizar uma greve geral para o mês de maio. Mas diante das ameaças e repressão intensa do governo, a greve geral foi transformada em Dia Nacional de Protesto com a adesão de vários setores oposicionistas, inclusive da Democracia Cristã e da Igreja. Apesar da repressão o evento foi um sucesso e nova manifestação de protesto foi marcada para o dia 14 de junho. Neste dia, operários, estudantes, desempregados e até profissionais de classe média que

antes apoiavam Pinochet saíram em massa às ruas dando um peso à manifestação muito superior à expectativa dos próprios organizadores.

Novamente a ditadura respondeu com intensa repressão: vários mortos, feridos, e inúmeros presos. Entre eles, Rodolfo Seguel, presidente da Confederação dos Trabalhadores do Cobre, acusado por ter sido um dos organizadores do protesto. Dois dias depois os trabalhadores da indústria do cobre (o setor mais importante da classe operária chilena) iniciaram uma greve geral de 24 horas pela libertação de seu companheiro preso. Esta era a primeira greve importante de caráter "ilegal" realizada no Chile desde o golpe militar de 1973. A resposta da ditadura foi demitir

inúmeros trabalhadores grevistas e ameaçar com prisões. A resposta do movimento operário foi nova greve geral no dia 23 de junho com a adesão dos mineiros do carvão, metalúrgicos e até os caminhoneiros que haviam tido um papel decisivo no êxito do golpe militar em 1973.

A partir dessa demonstração de força, a ditadura chilena acuada começa a fazer concessões. Promete que vai permitir a volta ao país de 128 exilados proeminentes inclusive Isabel Letelier, viúva de Orlando Letelier (membro do governo de Allende assassinado em 1976) e que vai começar a fazer "revisões na legislação partidária".

Isolamento internacional

Um mês depois, a 12 de julho, novo dia de protesto é exitoso. O movimento de oposição, tendo à frente os líderes sindicais, anuncia que fará mensalmente protestos até que a ditadura chegue ao fim. É nesse quadro que se inscreve o 4º Dia Nacional de Protesto realizado em 11 de Agosto.

A demonstração de força das massas chilenas e a violência brutal do regime de Pinochet fizeram crescer em muito o isolamento internacional da ditadura chilena. Uma troca de correspondência entre Pinochet e o Vaticano tem início depois que o Papa João Paulo II exortou o governo chileno a diminuir a violência. Pinochet prometeu a João Paulo II que iria estudar um meio de se voltar à democracia em seu país. Até agora no entanto, nada ou quase nada: fora a mudança de ministérios na semana anterior ao Dia Nacional de Protesto, apenas vagas medidas anunciadas para conter o desemprego e o estudo de fórmulas para a reabertura das atividades partidárias (desde logo não estão contemplados nenhum dos partidos que integravam a Unidade Popular).

Os dias que se seguem vão ser decisivos. No próximo dia 11, a ditadura completa dez anos e novo dia de protesto já está sendo articulado. Segundo os boatos que correm vigorosos em Santiago, talvez Pinochet não consiga durar para ver seu exército de novos nas ruas.



Enfrentando os fuzis e a violência, o povo chileno vai furando o bloqueio do terror

Paraguai: Repressão e terror nos 29 anos da ditadura

Uma greve de fome de 56 presos políticos exige a volta dos exilados e uma anistia geral. E há sinais crescentes que a oposição a Stroessner se torna mais e mais forte.

No dia 15 de agosto passado, a ditadura do general Alfredo Stroessner completou 29 anos. Esse longo período de repressão ao povo paraguaio constitui, sem dúvida alguma, um dos capítulos mais negros da história da classe trabalhadora latino-americana, ainda mais, se se consideram as circunstâncias deste novo aniversário da ditadura Stroessner: prisões, torturas, ataques às organizações de trabalhadores, de estudantes e de camponeses, marcam esta data.

O ano de 1983 está assinalado no calendário da luta popular como um ano de intensa repressão à atividade do movimento sindical e estudantil. Sob o peso da crise econômica e ante os avanços — limitados, porém reais — da resistência operária e estudantil, a ditadura e seus aliados burgueses desenvolvem uma nova campanha repressiva.

A onde repressiva tem atingido a dirigentes do sindicato dos bancários, do sindicato dos jornalistas, a estudantes universitários e a pesquisadores de ciências sociais. Atualmente, estão sendo processados por transgressão às lei de "defesa da democracia" 21 pessoas, além de muitos outros ativistas do movimento popular encontrarem-se sob a ameaça de uma iminente prisão.

As oposições burgueses nesta conjuntura, têm mostrado uma vez mais o caráter mesquinho e capitulador de seus projetos de democratização, ao avaliar a repressão ditatorial. Seus projetos de "redemocratização" não passam de tentativas mal dissimuladas de negociação com a ditadura, de melhores posições no jogo político montado para oprimir ao povo.

Sem dúvida, a resposta valorosa do movimento popular se expressa de maneira patente, hoje, na defesa que sindicatos e entidades estudantis realizam de seus líderes presos e perseguidos, assim como de suas associações ameaçadas pelo terror estatal.

Greve de médicos

Deve-se destacar aqui o papel que cumpriram os médicos internos e residentes do Hospital das Clínicas que, em protesto contra a prisão de dois colegas realizaram uma greve de 28 de junho a 6 de julho, exigindo a libertação dos mesmos. A prisão dos médicos se deu como resultado de sua participação, como oradores, num painel sobre "Sindicalismo e Repressão" organizado pelo movimento estudantil para discutir as medidas repressivas adotadas pela ditadura contra conhecidos líderes universitários. A coragem e a decisão demonstrada pelos médicos do Hospital das Clínicas, sob a pressão do terror ditatorial, constitui um poderoso alento para todos os que hoje cerram fileiras no país para defender as conquistas do movimento popular.

Os 29 anos de ditadura paraguaia também significam muito para os trabalhadores latino-americanos, especialmente para os do Cone Sul. É amplamente conhecido o apoio ativo do regime na derrubada de Allende, no Chile, Torres e Gueiler, na Bolívia, assim como os estreitos vínculos de colaboração repressiva com as demais ditaduras da região.

Os 29 anos de ditadura têm deixado marcas profundas nas vidas dos paraguaios. Novas ondas revolucionárias se levantam na América Latina. Para os paraguaios se



Alfredo Stroessner inicia o seu sétimo mandato

cumprir mais uma vez o que Marx dizia de Alemanha antes de 1848, "vivemos as restaurações sem passar pela revolução". Contudo, as leis da história cumprem sua tarefa. A "velha toupeira" trabalha infatigável, e esta nova onda revolucionária que se estende como uma marcha de aceitação por

todo o continente já não encontra o movimento popular do Paraguai dormindo. Trabalhadores, camponeses e estudantes recuperam as forças perdidas em batalhas anteriores e mais cedo ou mais tarde haverão de acabar gloriosamente este capítulo obscuro e heróico de sua história.

A III Internacional

Os problemas novos colocados pela degeneração da II Internacional, cujas seções descambaram para o reformismo, forçaram a sistematização de ensinamentos importantes na construção do partido revolucionário. Estes ensinamentos, sistematizados no 3.º e 4.º Congressos da III Internacional, são a tática da frente única e a estratégia da luta pelas reivindicações de transição.

Foi nos primeiros anos da III Internacional, quando seus principais dirigentes eram Lênin e Trotski, que a concepção leninista de partido foi sistematizada e generalizada. A posição com relação à guerra de 1914 (social-patriotismo ou internacionalismo, isto é, "derrotismo revolucionário", como dizia Lênin, explicando que a derrota do próprio governo era o mal menor numa guerra imperialista), e depois a posição com relação à revolução de outubro na Rússia dividiram as águas entre as várias correntes da II Internacional.

Houve uma clara diferenciação programática, entre os revolucionários, partidários da revolução russa, do poder dos soviets, da ditadura do proletariado, e os reformistas, partidários da construção do "socialismo" no interior do Estado burguês "democrático". A esta diferenciação correspondiam também concepções claramente distintas de partido: na III Internacional ficaram os que defendiam um partido de combate, centralizado, que buscava dirigir as lutas dos trabalhadores e preparar a tomada do poder; na II Internacional, os defensores de partidos cada vez mais parlamentaristas. Evidentemente, a grande referência para os revolucionários que se agruparam na III Internacional era o partido bolchevique, que dirigira uma revolução vitoriosa.

Era necessário aplicar a todos os países os

ensinamentos que se podiam extrair da prática do partido bolchevique. Mas, além disso, havia um certo número de problemas novos, não tratados anteriormente pelos bolcheviques, e que tinham de ser enfrentados pela nova Internacional.

Como unir a classe

Em primeiro lugar, a questão da relação do partido revolucionário com o conjunto da classe operária, inclusive com os setores que seguiam a direção dos reformistas. Isto é, o problema de como resolver a questão da unificação do proletariado, fundamental para a sua vitória numa revolução.

Este problema não existia para os partidos da II Internacional, que em grande número de países reuniam todos os setores ativos do movimento operário. A unificação da classe podia ser considerado um problema resolvido com a construção do próprio partido. Além disso, este problema não havia sido tratado em toda a sua dimensão pelos bolcheviques antes da revolução russa.

Durante os primeiros anos da III Internacional, houve a ilusão de que os velhos partidos social-democratas, que tinham se mostrado totalmente corrompidos, integrados nos seus Estados burgueses, seriam facilmente desmascarados, e abandonados pelos trabalhadores. Mas isto não aconteceu. Se é verdade que grande parte dos militantes



de vanguarda abandonaram estes partidos e se dirigiram aos novos partidos comunistas, outros milhares de trabalhadores começaram a participar da vida política, não compreendendo bem as diferenças entre os partidos, e entravam naqueles que eram mais conhecidos, mais tradicionais, dando-lhes vida nova. Quando a vaga revolucionária do pós-guerra arrefeceu, por volta de 1921, ficou claro que em grande número de países os partidos operários revolucionários teriam de conviver lado a lado com partidos operários reformistas, capazes de influenciar amplos setores do movimento operário. Era necessária, portanto, uma política bem elaborada para conduzir a luta pela unificação da classe, e não apenas a denúncia da traição dos reformistas.

As reivindicações de transição

Outro problema que não tinha sido

enfrentado claramente pelos bolcheviques, e cuja solução se impunha, era o de como ligar as lutas correntes dos trabalhadores à luta pela revolução socialista, pelo poder dos trabalhadores. Na II Internacional, havia uma separação total entre o "programa mínimo" de reivindicações alcançáveis sob o capitalismo e o "programa máximo" de socialismo. Sem fazer nenhuma ligação entre as duas coisas, os social-democratas de antes da guerra não passavam de um "radicalismo passivo", de uma defesa radical em palavras do socialismo, da ditadura do proletariado, mas sem conduzir nenhuma luta nesta direção, sem preparar o partido para a crise revolucionária, etc.

No partido bolchevique, a separação entre as lutas imediatas e a revolução tinha sido evitada com a aplicação da idéia leninista de um plano estratégico central, que consistia em partir das lutas, da indignação contra a autocracia que brotava por todos os cantos da vida russa, concentrando todo o ódio à injustiça, toda a indignação das massas contra o tzarismo, no objetivo de derrubá-lo e a seu regime de miséria e opressão, era, naturalmente, desta prática dos bolcheviques que a nova Internacional tinha de partir.

Estas duas questões básicas colocadas para os novos partidos comunistas revolucionários foram enfrentadas pela III Internacional no 3.º e no 4.º Congressos que realizou, os dois últimos que contaram com a participação de Lênin. Neles foi elaborada a tática de frente única e a estratégia da luta pelas reivindicações de transição (entre as quais se destacavam o controle operário da produção e o governo operário, ou governo operário e camponês). A partir daí, a concepção de partidos de combate, agrupando a vanguarda da classe e capazes de dirigir as massas na revolução, e de prepará-la através da sua luta constante e obstinada, estava definida nos seus aspectos fundamentais.

APARTE

Companheiros do jornal EM TEMPO:

1 — Como sabem, a administração de Diadema, seu resultado tem uma importância fundamental para o PT. Tanto os 300.000 habitantes do município, quanto as forças que são contrárias ao PT, têm expectativas em relação ao que ali acontece. Em função de nossa responsabilidade de petistas em relação ao fato, resolvi escrever a ET, esperando ver esta carta publicada e respondida.

2 — O que me move é o estranhamento diante de um conceito pouco claro registrado no último ET. Trata-se da "administração classista" defendida como proposta para o executivo de Diadema. A menos que os companheiros tenham uma explicação para essa palavra de ordem, receio que ela não contribua muito para a difícil tarefa que é administrar um município, no Brasil de 83, tendo apenas como direção, a plataforma e o programa do partido (...)

6 — O PT por outro lado, enfrenta a contradição que permeia sua proposta de lutar por uma sociedade socialista, comprometendo-se porém, como partido legal e dar respostas alternativas a problemas concretos (particularmente no que se refere à reprodução da FT) numa sociedade marcada em sua estrutura por relações de dominação política, econômica e ideológica. Não se trata de tarefa simples, agravada pela nossa falta de experiência anterior, formular (construir, melhor dizendo) uma administração petista aqui, agora. A responsabilidade é grande. Os riscos do reformismo e do paternalismo também são grandes.

7 — Infelizmente, em Diadema, discordâncias internas no PT, entre a direção do executivo e o diretório, aumentaram ainda mais essa dificuldade inicial. Não queremos entrar aqui nos fatos pois não é o que me levou a escrever. Pelo que pude observar ambos os lados deveriam recuar. Mas minha opinião, de quem está fora, não vai ajudar muito. O que me move é essa "jóia" do pensamento

da esquerda: "administração classista" para Diadema.

8 — O que vem a ser "administração classista", num município da área metropolitana de São Paulo, no Brasil de 83? Como que a administração classista encara a propriedade privada da terra? Ela será abolida no município? E as empresas privadas de transporte público, serão expropriadas? Os funcionários municipais que não são "petistas classistas" serão dispensados?

As vezes tenho a impressão que os companheiros acreditam, que nos grandes temas que historicamente ocuparam a esquerda revolucionária há respostas para todo e qualquer problema concreto, a qualquer momento, em qualquer lugar.

Será que a "administração classista" não tem a ver com ofetichismo que adquirem alguns termos no seio da esquerda revolucionária? (...)

9 — As experiências levadas a efeito por governos municipais do MDB/PMDB e PDT em Osasco, Lajes e Piracicaba mostram que a continuidade de qualquer ação organizativa é inviabilizada pelo simples fato de que ela é iniciativa do aparelho do Estado, e se apóia em seus funcionários, em sua estrutura material. O que faltou, fundamentalmente foi a organização independente da população. (Não me refiro a operários apenas, pois se alguns municípios eles já são minoria, em outros são minoria inexpressiva, entre os proletários). O que faltou foi um partido, que atuasse no seio da população apoiando sua organização de forma autônoma, sobre seus próprios pés.

10 — Em um administração municipal do PT, os diretórios tem um papel fundamental para evitar esse desvio. A função principal do partido é organizar os trabalhadores, para a luta mais ampla, fortalecer os movimentos sociais, mas também divulgar e acionar uma proposta de controle e fiscalização da gestão pública (Chamemos isso de Conselhos

Populares ou de outro nome qualquer) (...)

12 — É muito fácil escrever sobre isto. A prática é outra coisa. A plataforma do partido, e o esforço dos companheiros é muito pouco, para responder aos problemas cotidianos vividos por toda uma região, parcela da nossa sociedade. As propostas concretas de como administrar problemas também concretos, devem ser construídas através de amplos debates (sem prejudicar, porém, a necessidade do executivo de dar respostas rápidas). O primordial agora é eliminar, na medida do possível, a intolerância e o sectarismo, que permeiam a relação entre os petistas de Diadema. É preciso também sair da generalidade dos grandes temas para perceber seus reflexos no particular. Em Diadema o PT é também governo deve dar respostas administrativas, além de políticas strictu sensu.

Erminia Maricato
(19.07.83)

Companheira Erminia:

Antes de mais nada saudamos a sua iniciativa de debater a situação do partido em Diadema. Coisa que a direção do partido pouco tentou fazer, preferindo o caminho seja das assessorias técnicas, seja das manobras grupistas contra o diretório, ou então da simples omissão.

Seria altamente positivo ter a oportunidade real de debater o que deveria ser uma política municipal para o partido, especificando linhas de ação particulares nos vários setores, casando a grande estratégia do partido com as mediações e limitações administrativas, tributárias e burocráticas de um dado município. Esta é a política que todos queremos fazer, não a simples e abstrata propaganda pseudo-revolucionária, mas a política concreta capaz de acumular experiências e forças no rumo da revolução.

Ocorre, entretanto, que hoje em Diadema, pelas atitudes tomadas pelo prefeito, estas discussões não têm condições de ser mais do que uma mera retórica abstrata, formal, teórica e, por isso mesmo, inútil. O prefeito desligou-se, completamente, na prática, do partido; vem golpeando-o solenemente sucessivas vezes e moldando-se em decorrência à política tradicional, clientelística das prefeituras convencionais.

Nestas condições, anunciar uma "administração classista" é muita coisa. É falar que a prefeitura deve ser integrada politicamente (não organicamente) ao partido da classe trabalhadora; é falar que o prefeito deve fazer uma política de classe e não de repressão à classe (como foi o caso no dia 21 de julho, quando da greve geral); é falar que o prefeito deve buscar a democracia para a classe e não ser autocrático e arbitrário no privilégio a seus amigos e perseguição a seus inimigos (do mesmo partido); é falar que mais importante do que jantares e inaugurações com autoridades é uma política de abrir espaço e estimular a criação de Conselhos Populares etc.

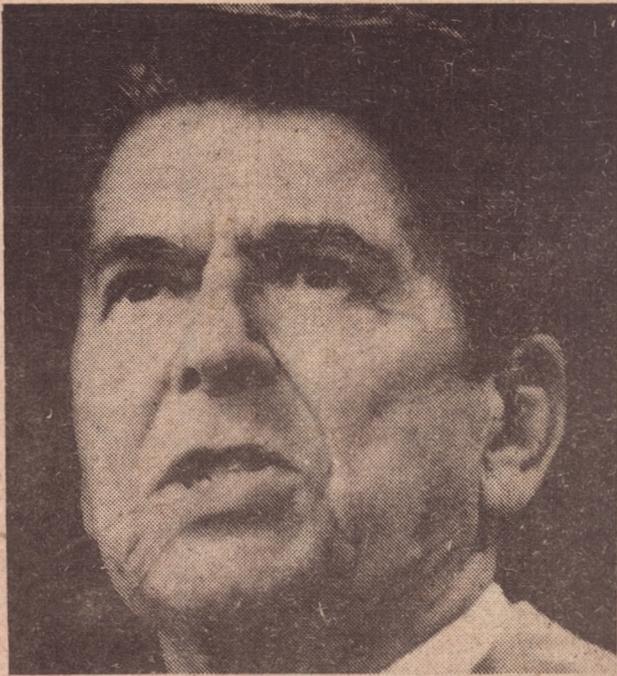
Vê-se por aí que não é pouco coisa: Ou seja são muitos os preliminares que o prefeito teria que cumprir para que, então, a discussão sobre uma administração de prefeitura nos termos que você sugere, pudesse encontrar espaço para não ser mais do que um debate acadêmico inútil para os 300 mil habitantes do município.

Hoje, concretamente, discutir os temas que você propõe, em Diadema, é algo tão sem consequência como discutí-los, por exemplo, para qualquer prefeitura convencional do PMDB.

Numa realidade tão decepcionante e frustrante assim, lembrar e insistir nos princípios classistas de uma administração petista é mais do que uma atitude de realismo político. É, em verdade, um alerta contra a ameaça de degeneração de um setor do partido.

Reagan prepara a invasão

Manobras militares, pressões externas e mobilização interna, bloqueio das conversações de paz e um golpe na Guatemala: a invasão começa a ganhar corpo.



Continuam em ritmo acelerado os preparativos norte-americanos para a intervenção militar na América Central. As manobras militares chamadas Big Pine 2, as maiores e mais demoradas já realizadas na América Central, estão em pleno andamento. Elas envolverão dezenove navios da frota americana, dezesseis mil homens e 140 aviões de combate.

Na prática, o bloqueio naval à Nicarágua já funciona. O cargueiro Alexander Ulianov, com 842 toneladas de medicamentos e máquinas destinadas à agricultura e à construção de estradas na Nicarágua, foi interdito por navios norte-americanos sob a alegação de que carregava armas e helicópteros militares. Na próxima semana, o porta-aviões Coral-Sea, duas fragatas e dois destróieres chegarão às costas centro-americanas do Atlântico. E, até o final do mês, o New Jersey, o maior encouraçado do mundo que está ancorado atualmente em Pearl Harbor, e mais cinco belonaves navegarão as águas do Golfo da Fonseca.

Paralelamente, o governo Reagan toma várias iniciativas no plano interno para romper as barreiras a um envolvimento direto dos norte-americanos na guerra. Em uma pesquisa divulgada pelo jornal *Washington Post* e pela rede de televisão ABC no último dia 4, 62% dos entrevistados se posicionavam contra uma intervenção direta norte-americana na América Central. No dia 18 de julho passado, Reagan anunciou a formação de uma comissão, presidida por Henry Kissinger, como meio de promover uma política de guerra no país. Um documento oficial filtrado na imprensa norte-americana alguns dias antes, afirmava que "a atual política norte-americana enfrenta uma considerável oposição neste país e no estrangeiro; um esforço maior teria que superar uma oposição ainda maior". E prossegue, afirmando que "as probabilidades de fracasso são grandes" se a guerra norte-americana "se vê menietada e restringida" pela oposição nos EUA. A comissão, já integrada inclusive pelo presidente da central operária norte-americana AFL-CIO, terá a função de buscar uma maior unidade dentro da classe dominante e dos partidos Republicano e Democrata em torno à política bélica de Reagan. Vale a pena destacar a reação dos supostos pacifistas do Congresso frente as últimas medidas de Reagan. Enquanto avançavam as forças navais norte-americanas, a Câmara dos Representantes realizou uma sessão secreta no dia 19 de julho para discutir se os ataques contra a Nicarágua, financiados por Washington, deveriam ser "abertos" ou "encobertos".

Pressões externas

No dia 4 de agosto último, o chanceler francês Claude Cheysson, anunciava a disposição do governo Mitterrand de não mais vender armas à Nicarágua. Sem apoiar a intervenção na América Central, os países europeus dirigidos pela social-democracia dão mostras de procurar um distanciamento cada vez maior do governo sandinista, cedendo as pressões americanas. Recentemente, Felipe Gonzales, da Espanha, e Willy Brandt, ex-primeiro ministro da Alemanha, enviaram uma carta aos dirigentes sandinistas expressando o seu descontentamento pelo fato de que "os princípios da revolução sandinista estivessem sendo violados".

Por sua vez, o governo Thatcher da Inglaterra já manifestou o seu apoio às ações norte-americanas na América Central sob a

argumentação de que esta "corre o risco sério de sucumbir nas mãos dos comunistas e ficar para sempre em seu poder".

Uma tentativa desesperada empreendida pelos quatro países do grupo de Contadora (México, Venezuela, Panamá, e Colômbia) para abrir uma solução negociada para o conflito foi abortada. A proposta do grupo de Contadora previa a retirada de todos os assessores estrangeiros da região, o desarmamento e o fim do tráfico de armas. Mas foi rejeitada por Honduras, Guatemala, El Salvador e Costa Rica, países hoje satélites da influência norte-americana.

Golpe na Guatemala

Após uma fraca resistência de 150 homens, o ditador da Guatemala Rios Montt foi deposto no dia 8 de agosto. Em seu lugar, subiu o general Oscar Mejia, responsável por massacres no interior do país de populações indígenas e candidato a desempenhar um papel importante na estratégia americana na América Central.

Rios Montt, ardentemente fervoroso da Igreja da Palavra, com sede na Califórnia, vinha sendo uma peça a embaralhar os planos de Reagan. Durante o seu governo, a corrupção se alastrou no exército, levando a divisões no interior das Forças Armadas ao mesmo tempo que a guerrilha vinha experimentando um crescimento após a formação da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca, que fundiu os vários agrupamentos revolucionários daquele país. O curto governo de Rios Montt tornara-se mundialmente conhecido pelo banho de sangue que promovera no país: de março a outubro do ano passado, de acordo com a Anistia Internacional, pelo menos 2.600 pessoas foram assassinadas por forças para-governamentais.

A participação americana no golpe é cristalina e Mejia, o novo ditador, é tido como criatura do Pentágono. Dois dias antes do golpe, Oscar Mejia participara de um encontro com os ditadores de Honduras e El Salvador, além de altos-oficiais americanos, a bordo do porta-aviões Ranger. Antes, havia participado também de uma reunião em Tegucigalpa, capital de Honduras, com o general Paulo Gorman, chefe do comando sul norte-americano, no Panamá. No próprio dia do golpe, foi notada a presença do assessor militar da embaixada norte-americana na Guatemala, major William Mercado, no interior do palácio do governo portando um aparelho de transmissão. Honduras e El Salvador foram os primeiros países a reconhecer o novo governo guatemalteco.

Cão de guerra

As primeiras declarações de Mejia mostram a sua plena sintonia com o governo Reagan. Em uma declaração de guerra ao governo sandinista, afirmou que "nós aqui sofremos a ação dos grupos subversivos que procuram desestabilizar a Guatemala, de guerrilheiros comunistas treinados e armados na Nicarágua e temos de combatê-los sem tréguas". Em uma atitude provocadora descartou qualquer negociação com o grupo de Contadora. E, em uma frase que resume tudo, firmou ser "moralmente aceitável qualquer coisa que se faça para destruir um regime marxista". A América Central, com a ascensão de Oscar Mejia, ganhou um novo cão de guerra firmemente guiado pelas mãos do imperialismo ianque.

O quarto aniversário da revolução nicaraguense foi comemorado nas ruas, aos gritos de 150 mil pessoas conclamando "Todas as armas ao povo! Todos à defesa!". Realizado sob o impacto do envio dos navios de guerra americanos, a comemoração reiterou a vontade da Nicarágua de evitar a guerra e encontrar uma solução política negociada do conflito na área e, ao mesmo tempo, a decisão de se defender com todas as suas forças.

Daniel Ortega, coordenador do governo revolucionário e principal orador da manifestação, reiterou de forma clara a disposição da Nicarágua para a paz. "A Nicarágua não tem ambições expansionistas, nem pretende impor seu sistema sócio-político a outros países. Não temos investimentos econômicos no estrangeiro nem sonhos de dominação imperialista. Nosso povo não necessita e nem deseja a guerra. Para a Nicarágua, é um princípio o seu compromisso de não agredir jamais a país algum".

Refutando os pretextos que têm sido invocados pelos Estados Unidos para paralisar as conversações de paz, Ortega apresentou seis pontos de paz:

- 1 — a assinatura imediata de um acordo de não agressão entre Nicarágua e Honduras;
- 2 — a cessação absoluta de todo envio de armas por parte de qualquer país às forças em conflito em El Salvador, para que este povo possa resolver os seus problemas sem ingerência externa;
- 3 — a cessação absoluta de todo apoio militar, sob a forma de envio de armas, treinamento, utilização do território para lançar agressões, às forças adversárias de qualquer um dos governos centro-americanos;
- 4 — compromissos que assegurem o respeito absoluto à autodeterminação dos povos centro-americanos e a não interferência nos assuntos internos de cada país;
- 5 — a cessação das agressões e da discriminação econômica para com qualquer país da América Central;
- 6 — a não instalação de bases estrangeiras no território da América Central, assim como a suspensão de exercícios militares na área centro-americana com participação de exércitos estrangeiros.

A radicalização da revolução

Para manter e aprofundar as conquistas da revolução, em meio a uma agressão externa crescente, o governo sandinista é obrigado a avançar. A forma mais visível dessa radicalização é o processo de mobilização popular e o impulso dado ao desenvolvimento das milícias populares. São estas milícias que assumem a grande parte dos combates ao norte do país, em coordenação com os grupos de camponeses, mobilizados dentro de um esquema de auto-defesa local.

O papel das milícias populares é central e não pode ser reduzido a suas funções estritamente militares. Trata-se de um fenômeno político e social mais profundo que começa com a preparação desta mobilização nos locais de trabalho. Esta mobilização tem sido um importante fator de educação anti-imperialista e de educação das massas. Ela toma também a forma de grupos de vigilância revolucionária nos quarteirões para evitar atividades contra-revolucionárias nas cidades.

Quanto à "economia mixta", ela tem evoluído num sentido de um controle crescente da economia pelo poder sandinista. Se é verdade que o setor privado continua largamente majoritário, tanto na agricultura como na indústria, ele é cada vez mais enquadrado por um controle quase total do crédito e do comércio exterior pelo governo. Se o setor estatal não representa mais que 30% das atividades agrícolas, ele está estreitamente ligado a um setor cooperativo em constante desenvolvimento. Na indústria, as expropriações sucessivas levaram ao setor público cerca de 40% da produção. A burguesia nicaraguense perdeu o essencial de seu poder de decisão econômica.

Em janeiro, o comércio de grãos para alguns produtos de base foi nacionalizado. Em fevereiro, uma lei sobre habitação foi elaborada prevendo a distribuição de 67 mil casas aos seus locatários não prevendo a indenização dos antigos proprietários senão

Nicaragua oferece plano de paz

No quarto aniversário, a proposta de seis pontos para o caminho da paz na América Central. Enquanto prosseguem os preparativos para a defesa com a mobilização de todo o povo.



em casos excepcionais. No ato do quarto aniversário da revolução, um novo lote de terras não cultivadas ou abandonadas foi distribuída a oito mil famílias, o que representa um alargamento do processo de reforma agrária.

Apesar da situação de agressão imperialista, os direitos democráticos fundamentais das massas têm se ampliado. O processo de unidade sindical em curso agora após dois anos de formação da Coordenação Sindical da Nicarágua se acelera. Este organismo de ligação permanente compreende, à exclusão das duas organizações dirigidas pelas forças burguesas (a Confederação do Trabalho na Nicarágua e a Comitê de Unidade Sindical que se mantém à margem) todas as outras centrais. Entre elas, a Central Sandinista dos Trabalhadores e a Associação dos Trabalhadores do Campo, a CGT-Independente controlada pelo Partido Socialista Nicaraguense pró-soviético, o Comitê de Ação pela Unificação Sindical dirigido pelo Partido Comunista Nicaraguense, uma outra fração stalinista, e a Frente Obreira do Movimento de Ação Popular.

A nível político, o último período foi marcado pelo encerramento das discussões sobre os estatutos dos partidos políticos no Conselho de Estado. O debate originou duas diretrizes básicas: a manutenção da data de 1985 para a realização de eleições legislativas gerais e a garantia de liberdades democráticas fundamentais em um quadro de um país sitiado.

Rumo ao Socialismo

Enquadrar política e economicamente a burguesia, ampliar e aprofundar a organização das massas trabalhadoras: esta parece ser a estratégia dos sandinistas neste momento vital. Como afirmou recentemente Tomas Borge, um dos dirigentes sandinistas: "há os trabalhadores que crêem que o inimigo principal da classe operária é hoje a burguesia. Mas a burguesia enquanto classe foi, neste país, mortalmente ferida. E os moribundos não são jamais os piores inimigos. O principal inimigo da classe operária é a divisão da classe operária (...). Nosso povo, o povo trabalhador, sabe para qual direção nós vamos; é por isso que eu pergunto aos trabalhadores e aos camponeses massivamente representado aqui: onde nós vamos? Para o socialismo!".